



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS
FURG - CAMPUS SÃO LOURENÇO DO SUL



TAÍS REISDERFER

**EDUCAÇÃO COOPERATIVA E OS EFEITOS DE SUA IMPLEMENTAÇÃO: UM
ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA “COOPERATIVAS ESCOLARES” DA
COOPERATIVA SICREDI**

SÃO LOURENÇO DO SUL

2023

TAÍS REISDERFER

Educação Cooperativa e os efeitos de sua implementação: um estudo de caso do programa “Cooperativas Escolares” da Cooperativa Sicredi.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação no Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Orientadora: Prof. Dra. Marcia Borges Umpierre

Co-Orientadora Prof. Ma. Desirée Fripp dos Santos.

SÃO LOURENÇO DO SUL

2023

TAÍS REISDERFER

**Educação Cooperativa e os efeitos de sua implementação: um estudo de caso do
programa “Cooperativas Escolares” da Cooperativa Sicredi.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para aprovação no Curso
de Tecnologia em Gestão de Cooperativas da
Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Marcia Borges Umpierre (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Prof. Ma. Desirée Fripp dos Santos (Co-Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Prof. Dra. Larissa Ferreira Tavares
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Prof. Dra. Liandra Peres Caldasso
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

SÃO LOURENÇO DO SUL

2023

Este trabalho é dedicado a minha mãe Regina Karling Reisderfer, por sempre me incentivar e apoiar, por me colocar em primeiro lugar, e buscar sempre o meu melhor. Também ao meu pai, já falecido, por me incentivar a ler e estudar na infância. Ao meu padrasto Rudi Luis Rohr e a minha irmã Teodora, que tiveram paciência, compreensão e me apoiaram muito. E a você familiar e/ou amigo que contribuiu e auxiliou muito em minha caminhada, quer você esteja próximo ou não. Sem vocês eu nada seria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus que me deu oportunidades, força de vontade e coragem para superar todos os desafios e seguir em frente. À minha mãe que me trilhou no caminho dos estudos, da dedicação e do esforço, que sempre me apoiou e incentivou. À minha irmã que foi alegria e distração nos momentos difíceis, mesmo que involuntariamente. Ao meu padastro que assim como minha mãe me apoiou e incentivou na caminhada acadêmica. À minha vó e ao restante da minha família que sempre me desejou tudo de melhor. Aos meus anjos Adriano e José que sempre olharam por mim da onde quer que estejam, e que em vida dedicaram-se a mim.

Agradeço também aos amigos que me fizeram mais forte para que assim, eu pudesse concluir mais este sonho, sem vocês a vida certamente seria sem graça. Em especial agradeço aqui às minhas amigas de infância, que acompanharam praticamente toda a minha caminhada Miquele, Kelly, Carine e Francine. E não menos importante, agradeço aos amigos conquistados ao longo desta graduação, pessoas que se tornaram essenciais, muito obrigada Naytiara, Melissa e Byatriz, entre outros que me fizeram manter o foco e tornar os momentos difíceis mais leves.

Durante a graduação também tive o prazer de aprender e conviver com pessoas e professoras maravilhosas, que contribuíram muito com minha graduação e com o presente trabalho. Aqui quero ainda registrar minha admiração e gratidão à elas: Prof. Dra. Marcia Borges Umpierre, Prof. Dra. Larissa Ferreira Tavares, Prof. Desirée Fripp dos Santos, Prof. Dra. Liandra Peres Caldasso, Prof. Dra. Adriana Paola Paredes Peñafiel, Prof. Dra. Andreia Carvalho e Prof. Dra. Eliza Mara Lozano Costa.

“Nenhuma cooperativa nasce para ter mais participação no mercado para enriquecer meia dúzia de pessoas, embora alguns acham que é assim ou agem dessa forma. Uma cooperativa, ela nasce para gerar desenvolvimento social e econômico de forma equilibrada aos cooperados, não nasce para ser rica, mas ela nasce para gerar prosperidade aos membros. Então não existe cooperativa rica numa sociedade pobre, se a cooperativa gera prosperidade aos seus membros as suas pessoas, por consequência vai ser uma cooperativa próspera (...)”

- Participante 01

RESUMO

O presente trabalho se propõe a compreender de que forma os efeitos de implementação de ações fomentadoras à Educação Cooperativa impactam as realidade onde são implantadas. Isso por meio da análise do programa Cooperativas Escolares da Cooperativa de Crédito Sicredi, na região de atuação da Sicredi Pioneira. Análise esta realizada a partir de uma série de entrevistas semi-estruturadas com diferentes sujeitos que possuem, ou já possuíram relação com o referente programa. Podendo assim visualizar os efeitos da implementação do programa, para as crianças e jovens participantes, para a Cooperativa implementadora, para as Instituições de ensino participantes e consequentemente para a sociedade onde estão inseridas as cooperativas escolares.

A partir dos dados coletados pode-se concluir que os efeitos da implementação do referido programa são benéficos para as diferentes parcelas envolvidas. Contribui trazendo características positivas para as trajetórias individuais de cada jovem e/ou criança participante. Contribui também com a cooperativa, já que é por meio destes processos de educação cooperativa que indivíduos comuns tornam-se cooperativistas, mesmo que estes não busquem associarem-se às cooperativas. Para além disto a implementação de práticas de fomento à Educação Cooperativa, constroem comunidades e sociedades mais prósperas, colaborando assim com o desenvolvimento social e econômico, das realidades em que estão inseridas.

Palavras chaves: Cooperativismo, Educação Cooperativa, cooperativas escolares, Sicredi.

ABSTRACT

This study aims to understand how the effects of implementing actions that promote Cooperative Education impact the realities in which they are carried out. This is done through analyzing the School Cooperatives program of the Sicredi Credit Cooperative in the operational region of Sicredi Pioneira. The analysis was conducted based on a series of semi-structured interviews with various individuals who have or had a relationship with the program. This approach allows for observing the effects of program implementation on the participating children and youth, the implementing Cooperative, the participating educational institutions, and consequently, on the societies where the school cooperatives are embedded.

Based on the collected data, it can be concluded that the effects of implementing this program are beneficial for all parties involved. It contributes by bringing positive characteristics to the individual paths of each young person or child involved. Moreover, it benefits the cooperative as it is through these cooperative education processes that ordinary individuals become cooperative members, even if they do not actively seek association with cooperatives. Furthermore, the implementation of Cooperative Education promotion practices builds more prosperous communities and societies, thereby contributing to social and economic development in the realities where they are established.

Keywords: Cooperativism, Cooperative Education, School cooperatives, Sicredi.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Expressão do cooperativismo agropecuário brasileiro.....	23
Figura 2 – Ingressos do Cooperativismo Gaúcho.....	24
Figura 3 – Sobras do Cooperativismo Gaúcho.....	24
Figura 4 – Índices de desenvolvimentos comparativos, de municípios gaúchos com e sem Cooperativas.....	25
Figura 5 – Mapa regional de atuação da Sicredi Pioneira – RS.....	38
Figura 6 – Perfil dos Entrevistados.....	41
Figura 7 – Localização de Nova Petrópolis.....	45
Figura 8 – Localização de Sunchales.....	46
Figura 9 – Localização de Nova Petrópolis e de Sunchales.....	47
Figura 10 – Monumento Força Cooperativa.....	47
Figura 11 – Monumento ao Cooperativismo de Sunchales.....	48
Figura 12 – Fluxo de implementação do programa.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cenário Cooperativo Internacional – 2019.....	21
Quadro 2 – Cenário Cooperativo brasileiro – 2021.....	22
Quadro 3 – Cenário do Cooperativismo Gaúcho - 2020.....	23
Quadro 4 – Os 07 Princípios do Cooperativismo.....	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCERGS – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

Sescoop – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

FECOOPES – Federação de Cooperativas Escolares

FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social

ONU – Organização das Nações Unidas

COOEBOMPA – Cooperativa Escolar Bom Pastor

ONG – Organização Não Governamental

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OEA – Organização dos Estados Americanos

Abcoop – Associação Brasileira de Cooperativas

Unasco – União Nacional de Cooperativas

PROPESP – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CTG – Centros de Tradição Gaúcha

CPM – Conselho de Pais e Mestres

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2. OBJETIVOS.....	14
1.2.1. Objetivo Geral.....	14
1.2.2. Objetivos Específicos.....	14
1.3. JUSTIFICATIVA.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1. CONJUNTURA HISTÓRICA DOS PRIMEIROS INDÍCIOS DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA.....	16
2.1.1 Conjuntura Histórica Mundial.....	16
2.1.2. Conjuntura Histórica Brasileira.....	17
2.1.3. Conjuntura Histórica do Estado do Rio Grande do Sul.....	19
2.2. COOPERATIVISMO CONTEMPORRÂNEO.....	19
2.2.1. No mundo.....	19
2.2.2. No Brasil.....	21
2.2.3. No Rio Grande do Sul.....	23
2.3. COOPERATIVISMO NO SISTEMA DO CAPITAL.....	25
2.4. EDUCAÇÃO COOPERATIVA.....	29
2.4.1. Educação Formal e Informal.....	29
2.4.2. Educação Transformadora, Emancipatória e Crítica.....	30
2.4.3. A relação entre Educação e Cooperação.....	32
3. METODOLOGIA.....	37

3.1.	QUANTO AOS OBJETIVOS.....	39
3.2.	QUANTO A FORMA DE ABORDAGEM.....	39
3.3.	QUANTO AOS PROCESSOS TÉCNICOS.....	40
4.	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	41
4.1.	APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	41
4.2.	APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA.....	43
4.2.1.	Origem do Programa.....	44
4.3.	CENÁRIO ATUAL DO PROGRAMA.....	50
4.4.	IMPLEMENTAÇÃO.....	52
4.5.	O COTIDIANO DE UMA COOPERATIVA ESCOLAR.....	54
4.6.	REFLEXOS ACOMETIDOS DEVIDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA COOPERATIVAS ESCOLARES.....	55
4.6.1.	Para a Cooperativa Implementadora.....	56
4.6.2.	Para as Instituições de Ensino Participantes.....	58
4.6.3.	Para os alunos participantes.....	59
4.6.4.	Para a sociedade do entorno.....	63
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
	REFERÊNCIAS.....	69
	ANEXO 1 – Questionário para os jovens e crianças beneficiados.....	74
	ANEXO 2 – Questionário para as instituições de ensino participantes.....	75
	ANEXO 3 – Questionário para a cooperativa implementadora.....	76

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso do programa, da cooperativa Sicredi, cooperativa do ramo de crédito, chamado “Cooperativas Escolares”. As cooperativas escolares começaram a ser implantadas nas escolas da região de atuação da Sicredi Pioneira, em meados de 2010, sendo que o pioneirismo ficou para a Escola Técnica Bom Pastor, localizada no município de Nova Petrópolis, berço do cooperativismo nacional. A cooperativa desde sua fundação até hoje leva o nome de COOEBOMPA (Cooperativa Escolar da Escola Técnica Bom Pastor), sendo referência desde sua fundação até hoje.

O ápice do programa foi entre 2012 e 2014, quando despontaram em toda a região diversas cooperativas escolares, foi nesta época, também que surgiu uma demanda por algum órgão que pudesse auxiliar essas cooperativas e também representá-las. A partir deste ponto, surge o movimento de fundação da FECOOPES Pioneira, a primeira Federação de Cooperativas Escolares da região. O programa foi crescendo e se espalhando não só pela região da Pioneira, mas também em outras regiões, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul. No presente trabalho focaremos na região de atuação da Sicredi Pioneira que, de acordo com dados expostos pela própria FECOOPES, em 2022 somavam-se 40 cooperativas escolares associadas à Federação Pioneira.

O programa mencionado é fomentador da Educação Cooperativa, uma educação que idealiza formar jovens, associados e sociedade mais participativos e críticos, capazes de defender seus princípios e ideais. Como expõem Schneider (2003), a educação é um dos princípios do cooperativismo que é indispensável já que imprime a existência da cooperativa, é por meio dela que é possível buscar o entendimento dos demais princípios, gerando assim crescimento para a cooperativa. Para o desenvolvimento dessa pesquisa partiu-se da seguinte problemática:

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Quais os efeitos que a Educação Cooperativista, implantada em escolas de ensino fundamental e médio, apresenta na trajetória educativa e pessoal de crianças e jovens, bem como na formação de associados/cooperados mais participativos e com maior compreensão dos princípios do cooperativismo?

1.2. OBJETIVOS

No intuito de responder ao problema de pesquisa trabalhou-se a partir dos seguintes objetivos:

1.2.1. Objetivo Geral

Analisar os efeitos da implantação de práticas de fomento à Educação Cooperativista dentro do programa “Cooperativas Escolares”, da Cooperativa de Crédito Sicredi, focando os estudos na região de atuação da Sicredi Pioneira – RS.

1.2.2. Objetivos Específicos

- a) Verificar quais as vantagens para cooperados, cooperativa, beneficiados pelo programa e sociedade, com a implantação dessas metodologias de fomento à Educação Cooperativista, no programa em questão;
- b) Compreender a forma como os fomentadores, os profissionais que atuam diretamente com o programa junto a cooperativa, veem seu trabalho refletido na vida e na trajetória das crianças e dos jovens pertencentes ao projeto Cooperativas Escolares;
- c) Buscar compreender quais os efeitos que essas crianças e jovens veem refletidos no seu desenvolvimento pessoal, a partir de sua participação no programa da Cooperativa de Crédito Sicredi.

1.3. JUSTIFICATIVA

A Cooperativa de Crédito Sicredi fundada em 1902, que na época contava com a liderança do Padre Theodor Amstad e de outros 19 membros da sociedade e levava o nome de Caixa de Economias e Empréstimos Amstad, a primeira cooperativa de crédito da América Latina. No ano 2000, a cooperativa integrou aos seus programas, na região de atuação da Pioneira, o programa “A União Faz a Vida”, inicialmente no município de Picada Café, porém continuou avançando ao longo dos anos e se distribuiu por diversos municípios.

O enfoque central do presente trabalho são as Cooperativas Escolares, que até meados de 2020, faziam parte do programa “A União faz a Vida”, porém passaram a ser um projeto individual, com equipe própria, com algumas mudanças, visando a segurança e o bem-estar dos alunos beneficiados, que está amparado na lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente e na lei nº 5764/71. As cooperativas escolares, segundo o site institucional da Cooperativa Sicredi são “(...) laboratórios de aprendizagens do cooperativismo, constituem esse mecanismo de educação e promoção do diálogo cujos valores da cooperação balizam o saber e o fazer pedagógico inerente às práticas promovidas nos espaços dessas cooperativas.”(SICREDI, 2022). No ano de 2022, filiadas a Federação das Cooperativas Escolares da região de atuação da Sicredi Pioneira (FECOOPES Pioneira) somaram-se 40 Cooperativas Escolares ativas. Tendo em vista o acima exposto, e também algumas das consequências geradas a partir de uma forma de aprendizado cooperativista, como o estímulo à criatividade e à proatividade, o desenvolvimento da autonomia, a responsabilidade e ainda a geração de um sentimento de pertencimento e acolhimento, é importante compreender quais os efeitos que práticas de implantação de projetos fomentadores de Educação Cooperativista geram aos envolvidos, sendo estes cooperados ou não. Fazendo com que jovens e crianças sejam educados em sistemas mais igualitários, justos e solidários.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONJUNTURA HISTÓRICA DOS PRIMEIROS INDÍCIOS DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA

2.1.1 Conjuntura Histórica Mundial

“A cooperação sempre existiu entre os povos desde as civilizações mais antigas e pré-históricas, quando pessoas unidas buscavam atingir um único objetivo (...)” (HENDGES; SCHNEIDER, 2006, p. 34). Ou seja, o ato de cooperar está intimamente ligado a vida social do ser humano, já que ao longo de nossa história unimo-nos diversas vezes com outros atores sociais a fim de atingirmos um objetivo comum. Ainda neste sentido, os autores complementam, com exemplos:

(...) tais como os ágapes dos primeiros cristãos, as sociedades de pequenos artesãos, como as “tiasas e orglonas” entre os gregos e os “collegia” e “sodalitia” entre os romanos, que formaram funerárias e instituíram seguros. Tais associações foram consideradas como formas de pré-cooperativas. (HEDGES; SCHNEIDER, 2006, p.34).

Os primeiros passos em direção ao que chamamos de Organizações Cooperativas, foram dados a partir do século XVIII, em consequência das condições precárias de trabalho impostas nas fábricas, durante a Revolução Industrial. Schneider e Hendges, descrevem tais condições da seguinte forma:

Explorados com excesso de horas de trabalho nas fábricas (de 14 a 16 horas diárias de trabalho), recebendo salários de fome, desamparados em termos de leis trabalhistas e previdenciárias, vivendo em vilas operárias nascidas sem o apoio do poder público, explorados pelos comerciantes locais, nos pesos, nas medidas e na qualidade das mercadorias, pois a grande maioria deles era analfabeta (...) (HENDGES; SCHNEIDER, 2006, p. 35).

Além das condições acima expostas, havia um índice crescente de desemprego castigando os proletariados. Isto porque o objetivo dos proprietários dos meios de produção visava acima de tudo a lucratividade, submetendo seus trabalhadores a condições indignas, para em troca produzirem de forma mais eficiente. Utilizando-se de tecnologias produtivas que agilizavam os processos produtivos e minimizavam os gastos de mão de obra, segregando a produção e descartando todas as qualidades criativas dos trabalhadores. Descontentes com

esta realidade, alguns membros da classe trabalhadora, operários de fábricas, se uniram e resolveram fundar a primeira Cooperativa, chamada de Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, como exposto por Nunes e Foschiera:

Neste momento histórico, que assolava o desemprego exacerbado, com baixas remunerações para os trabalhadores, 28 tecelões se reuniram, em Rochdale no bairro da cidade de Manchester na Inglaterra, para assim, comprar produtos para as necessidades básicas, incluindo dentre eles alimentos. Sendo assim, iniciou a sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, conhecida como a primeira cooperativa da história. (NUNES; FOSCHIERA, 2017, p. 229).

Desta forma é possível concordar com o que diz Calgaro (2016), a partir da desumanização e das condições precárias de trabalho e vida surgem iniciativas alternativas de produção que não visam exclusivamente o capital, mas sim o indivíduo. Gerando desta forma novas maneiras de se relacionar no ambiente de trabalho, com mais respeito e igualdade.

Vê-se então, que com o surgimento efetivo da Sociedade de Rochdale, em fins de 1844, implantou-se um marco histórico nas relações entre empregado e empregador, surgindo em definitivo um novo modelo de sociedade, por certo híbrido em face dos regimes e teorias econômicas reinantes, e de cujos princípios ali estabelecidos muito se mantém até os dias atuais. (CENZI, 2012, p.28).

2.1.2. Conjuntura Histórica Brasileira

Em solo brasileiro, como expõem Macei (2014), somente alguns anos mais tarde, por volta de 1900, que há registro da primeira organização cooperativa, porém somente em 1969 que o movimento no Brasil começa a ganhar maiores proporções. Ainda neste sentido o autor coloca que:

A ideia de cooperativismo nos foi trazida ao Brasil pela leva de imigrantes chegados ao país principalmente a partir da segunda metade do século XIX. O estranhamento de terra, língua, costumes e culturas de lavoura, ressaltaram ainda mais a necessidade dos imigrantes em se unirem e lembrarem os modelos desta união associativa. (MACEI, 2014, p.15).

Os primeiros indícios de sociedades cooperativas na legislação brasileira, a serem encontrados foram no decreto nº 796 de 02 outubro de 1890, que exponha as seguintes denominações:

Decreto nº 796, de 02 de outubro de 1890.

Concede autorização ao capitão-tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas e outros para organizarem uma sociedade anonyma sob a denominação de Sociedade Cooperativa Militar do Brazil.

O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, constituído pelo Exercito e Armada,

em nome da Nação, atendendo ao que requereram o capitão-tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas e os 1^{os} tenentes João Augusto Amorim Rangel, Eduardo Ernesto Midosi, José Nunes Berford Guimarães, Augusto Guedes de Carvalho, Estevão Adelino Martins e Antonio Coutinho Gomes Pereira, resolve conceder-lhes autorização para organizarem um sociedade anonyma sob a denominação de Sociedade Cooperativa Militar do Brazil, com os estatutos que a este acompanham; não podendo, porém, constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pelo art. 3º do decreto n. 164 de 17 de janeiro do corrente anno.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar. (BRASIL, 1890).

A cooperativa exposta no Decreto nº 796 de 1890, não foi a primeira cooperativa criada, porém fundou-se em 1894 no Rio de Janeiro. Neto (2011, p. 101) afirma que “a primeira cooperativa criada no Brasil começou a atuar no ano de 1891, na cidade de Limeira, no Estado de São Paulo, e denominou-se a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica.”

A fim de buscar explicar menos superficialmente o surgimento do cooperativismo brasileiro, *Claro et. al.* (2014, p. 162) detalha o contexto histórico o qual o país passava “ (...) com a crise econômica mundial de 1929 estimulou-se a emergência de cooperativas, especialmente no sul do país.”. Tendo em vista que, neste período se instaurou a crise de 29 que se iniciou nos Estados Unidos, e gerou sérias dificuldades políticas e econômicas no Brasil, assim como em outros países, o governo brasileiro passou a buscar soluções para minimizar os danos. “Em função da crise, o governo passa a utilizar as cooperativas como instrumento de execução de sua política agrícola e a partir de 1945, o governo oferece vários incentivos financeiros e fiscais às cooperativas, surgindo um grande número de cooperativas.” (CLARO, 2014, p. 162).

Para tanto vale ressaltar que o surgimento das nuances cooperativas do Brasil, apesar de virem das bases de Rochdale, foram inseridas na sociedade de cima para baixo, como expressa Calgaro (2016, p. 49) “Trata-se de um cooperativismo de cima para baixo que, embora aparentemente se identifique como decorrente dos pioneiros rochdaleanos, conforme Rios (1987), suas condições históricas e contextuais geradoras a distanciam das raízes europeias.”.

De acordo com Cenzi (2012, p. 46) “As cooperativas surgiram, num primeiro momento, do Sul ao Nordeste do Brasil, mantendo-se nos Estados litorâneos. Deduz-se que isto tenha ocorrido em face da imigração existente naqueles primórdios.” O autor ainda acrescenta que o grande do surgimento do cooperativismo no Brasil se deu por volta de 1932, em consequência da criação da lei básica do cooperativismo, por meio do decreto 22.239, de

19 de dezembro 1932”.

2.1.3. Conjuntura Histórica do Estado do Rio Grande do Sul

O surgimento do cooperativismo gaúcho possui grandes influências de um padre, o Padre Theodor Amstad “(...) no Rio Grande do Sul, o padre suíço, jesuíta Theodor Amstadt, foi pioneiro com a ideia de organizar um caixa de crédito rural em 1902, sendo esta a primeira cooperativa de crédito do Brasil.” (CLARO, 2014, p.162). Buscando complementar o exposto:

Em 1902, Theodor Amstad, padre jesuíta suíço, fundou na Linha Imperial, onde hoje se localiza Nova Petrópolis, a primeira cooperativa do modelo, batizada “Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos Amstad” e depois “Caixa Rural de Nova Petrópolis”. Atualmente é chamada de “Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha – Sicredi Pioneira RS”, uma das maiores do Brasil. (LOPES; WEYH, 2021, p.01).

Além de ter sido um dos maiores fomentadores e apoiadores da fundação da primeira cooperativa de crédito do Rio Grande do Sul, do Brasil e da América Latina, Amstad, contribui também para construção de uma organização associativa com princípios balizadores de solidariedade. Como exposto por Lopes e Weyh (2021, p. 01) “Amstad também foi o responsável, em 1912, pela fundação de uma organização associativa fundamentada no solidarismo, a Entidade Volksverein, no município de Venâncio Aires.”.

Amstad foi realmente muito importante para o desenvolvimento do cooperativismo no Estado, mais tarde foi inclusive nomeado o patrono do Cooperativismo brasileiro por sua importante fundamentação no desenvolvimento deste.

De acordo com Neto (2011) a partir das novas premissas estruturais e legais, tidas na Era Vargas a fundação de cooperativas foi estimulada, sobretudo as cooperativas formadas por colonos e pequenos produtores rurais, nos Estados do sul do Brasil, com maior presença no Rio Grande do Sul.

2.2. COOPERATIVISMO CONTEMPORRÂNEO

2.2.1. No mundo

O Cooperativismo como movimento incitado pela classe trabalhadora, “(...) se expandiu inicialmente em países europeus, com destaque para Inglaterra e França onde foram criadas cooperativas de diferentes tipos de atividades.” (CALGARO, 2016, p.57).

De acordo com Cenzi (2012, p. 28) “(...) no ano de 1851, ainda na Inglaterra, é que a ideia de formação de uma organização dessas sociedades se efetivou com a realização de um congresso nacional no qual se reuniram 44 cooperativas.”. Com a crescente expansão das organizações cooperativas, e ainda pelas discussões expostas no congresso citado, criou-se a necessidade por uma organização que pudesse alinhar as demandas e obrigações, que pudesse auxiliar o crescente movimento, daí surgiu a ACI (Aliança Cooperativa Internacional). Como descrito:

A disseminação das ideias e práticas cooperativas, aliadas à visão da possibilidade de criação de um sistema cooperativo mundial, fez surgir entre os praticantes, a pretensão de criação de uma organização capaz de integrar as cooperativas em nível internacional. Foi também no bojo das discussões do movimento operário e de diferentes opiniões e conflitos de ideias, que emergiu a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). (CALGARO, 2016, p. 58).

Macei (2014) coloca que na atualidade é bastante clara a importância do movimento cooperativo, e a fim de dar peso a sua colocação ainda expressa que “a maior organização não governamental (ONG) do mundo, por exemplo, é a Aliança Cooperativa Internacional, que em levantamento realizado em 1998, representava 770 milhões de associados de cooperativas em 101 países.” (MACEI, 2014, p.16-17).

A ACI está sediada, hoje, em Genebra, na Suíça, com escritórios na África Oriental, Ocidental, Central e do Sul; na Ásia e Pacífico; na América Central, Caribe e América do Sul, representando isso o alcance que essa forma de economia veio a representar para o mundo todo. (CENZI, 2012, p. 29)

Ainda neste contexto, delineando a importância da ACI, Cenzi (2012, p. 29) apresenta alguns dados numéricos referentes a participação deste, “ao todo, são 224 organizações-membro, nacionais e internacionais, de todos os setores de atividades, em 91 países e com uma participação de aproximadamente 800 milhões de pessoas em todo mundo (...)”.

Além da ACI, o reconhecimento do Cooperativismo se deu também por meio de três outros organismos internacionais, como exposto:

A OIT – Organização Internacional do Trabalho, em 1966, foi um dos primeiros organismos internacionais a reconhecer no sistema cooperativo o meio capaz de fomentar o progresso econômico e social, ainda que àquela época tenha sido restrita aos países em desenvolvimento. (CENZI, 2012, p. 34).

Dando continuidade “A OEA- Organização dos Estados Americanos, fez incluir em seus anais em 1969, a Carta de Buenos Aires, na qual apoia e conclama os países ao cooperativismo.” (CENZI, 2012, p. 35). Cenzi (2012) ainda expõem que outra organização a reconhecer o cooperativismo foi a Organização das Nações Unidas (ONU) que fez uma primeira edição na Resolução em 1968, e logo em seguida em 1969, o faz novamente, porém o real destaque vem em 1994, com a aprovação da plenária de 23 de dezembro de 1994, da Resolução 49/155, onde expressa seu incentivo e apoio às organizações cooperativas.

A partir dos dados expostos no Quadro 1, construído a partir de dados obtidos do Anuário Coop de 2022, com dados expressos pela ACI em 2019 o cooperativismo mundial na atualidade, possui número bastante expressivos.

Quadro 1 – Cenário Cooperativo Internacional – 2019.

Número de Cooperativas	3 milhões
O faturamento das 300 maiores cooperativas (US\$)	2,18 bilhões
Número de Cooperados	1 bilhão (12% da humanidade)
Número de empregos gerados	280 milhões (4% da humanidade)

Fonte: Anuário Coop, 2022.

No contexto mundial um país que chama bastante atenção, segundo Cenzi (2012), por seus dados estatísticos, é o Estados Unidos, que é tido como um dos países mais “cooperativados”, contando com um total de 6400 cooperativas e abrange 120 milhões de cooperativas. Marca bastante expressiva, já que isto mostra que de cada 10 norte-americanos, 4 possuem vínculo cooperativo com alguma organização. Outros dois destaques, que contam com 33% de sua população cooperada com alguma cooperativa, são Noruega e Canadá.

Observando-se os dados estatísticos e alguns percentuais que se refletem na economia de determinados países e o quanto representam em termos de movimentação de pessoas, a multiplicação das cooperativas no mundo representa o reconhecimento de um meio eficaz de desenvolvimento econômico e social para as sociedades onde estão inseridas. (CENZI, 2012, p. 30).

2.2.2. No Brasil

A princípio a representatividade do cooperativismo brasileiro era feita pela Associação Brasileira de Cooperativas (Abcoop) conjuntamente com a União Nacional de Cooperativas (Unasco), porém esta foi absorvida em 1969 pela criação da Organização das Cooperativas

Brasileiras (OCB). (CENZI, 2012).

A legislação brasileira para o cooperativismo também passou por divergentes mudanças, desde a criação do primeiro decreto em 1890, como expõem Pereira (2021, s/p):

Na linha do tempo de evolução legislativa sobre o tema no país, houve a edição de diversos diplomas legais a este respeito, como por exemplo: Decreto nº 796/1890, que regulamentou as Cooperativas como empresas anônimas; Decreto nº 979/1903, que disciplinou a faculdade do vínculo cooperativo aos movimentos sindicais; Decreto nº 1.637/1907, que orientou as cooperativas como espécie de sociedades de capital; Decreto nº 17.339/1926, que disciplinou um incremento do cooperativismo nacional, inclusive com incentivos pecuniários; Decreto nº 22.239/1932, que implementou o modelo “Rochdaleano” no Brasil; Lei nº 5.764/1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. (PEREIRA, 2021, s/p).

Sendo esta última modificação da Lei nº 5.764/1971, a legislação vigente até os dias atuais, é esta lei também que garante a legitimidade da OCB, como coloca Pereira (2021) “Hoje o cooperativismo nacional é organizado por meio de centrais, federações e singulares, compondo o sistema cooperativo nacional, representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, legitimidade representativa que está garantida pelo Artigo 105 da Lei nº 5.764/1971.”. Ainda referente a legislação brasileira criada em 1971, que está até hoje em vigor o autor descreve que:

Atualmente, nos termos da Lei, as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: adesão voluntária; gestão democrática; participação cotista com remuneração vinculada a proporção de utilização dos serviços prestados; singularidade de voto; neutralidade política, entre outras, tudo com vistas ao bem estar dos associados. (PEREIRA, 2021, s/p).

Outro marco importante para o cooperativismo brasileiro foi a eleição de Roberto Rodrigues à presidência da ACI, o primeiro não europeu a assumir o cargo, fato este que deu reconhecimento ao cooperativismo brasileiro e auxiliou no desenvolvimento das cooperativas do país. (CENZI, 2012).

No Quadro 2, encontram-se dados estatísticos do movimento cooperativo atual brasileiro, dados obtidos do Anuário Coop 2022, referentes a 2021.

Quadro 2 – Cenário Cooperativo brasileiro – 2021.

Número de Cooperativas	4.880
Número de cooperados	18,8 milhões

Número de empregados	493.277
Sobras do exercício (R\$)	36,1 bilhões

Fonte: Anuário Coop, 2022.

Figura 1 – Expressão do cooperativismo agropecuário brasileiro.



Fonte: SISTEMA OCERGS, 2021, p. 10)

De acordo com o Anuário do Cooperativismo Brasileiro, publicado pelo Sistema OCB em 2019, o ramo mais expressivo dentro do cooperativismo nacional, é o agropecuário, como exposto na Figura 1.

2.2.3. No Rio Grande do Sul

O cooperativismo gaúcho, com fortes ligações com o associativismo e com protagonistas cristãos, sobretudo padres jesuítas, como já citado anteriormente, seguiu expandindo-se e segue até os dias atuais.

No Quadro 3, encontram-se alguns dados estatísticos do cooperativismo gaúcho da atualidade, dados obtidos pelo documento Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2021, com ano base de 2020. Publicado pelo Sistema OCERGS (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul) “(...) o órgão de registro, cadastro e certificação das cooperativas gaúchas. A través da representação político-institucional, busca promover um ambiente favorável para o desenvolvimento das cooperativas.” (Sistema OCERGS).

Quadro 3 – Cenário do Cooperativismo Gaúcho - 2020.

Número de Cooperativas	455
Número de cooperados	3,06 milhões
Número de empregados	68,3 mil

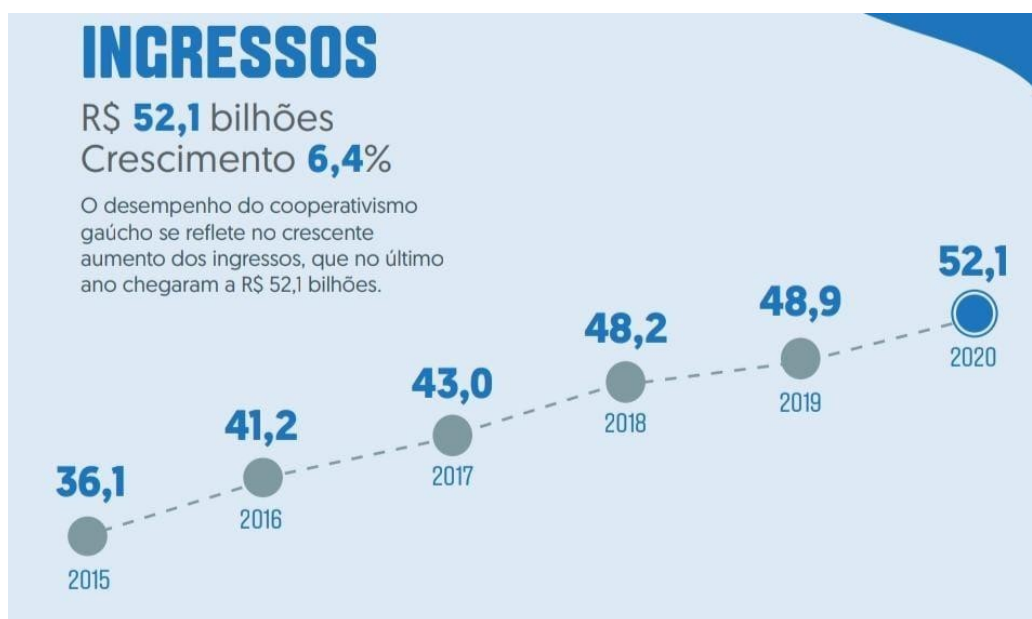
Sobras do exercício (R\$)	2,9 bilhões
---------------------------	-------------

Fonte: SISTEMA OCERGS, 2021.

“A grande maioria dos associados, 3,0 milhões, ou seja, 98% do total, concentram-se nos ramos Agropecuário, Crédito e Infraestrutura”. Desses, 2,1 milhões são os associados do ramo de crédito. (SISTEMA OCERGS, 2021, p. 11). Sendo assim o ramo com maior número de associados, no Estado do Rio Grande do Sul é o Crédito.

O cooperativismo vem evoluindo com o passar dos anos, como expresso nas Figuras 2 e 3, mesmo com a queda na economia nacional e mundial, que a pandemia da Covid-19 trouxe consigo, os números do cooperativismo gaúcho seguiram crescendo. Ficando assim ainda mais em evidência a força que esse movimento possui para atravessar momentos de crise.

Figura 2 – Ingressos do Cooperativismo Gaúcho.



Fonte: SISTEMA OCERGS, 2021.

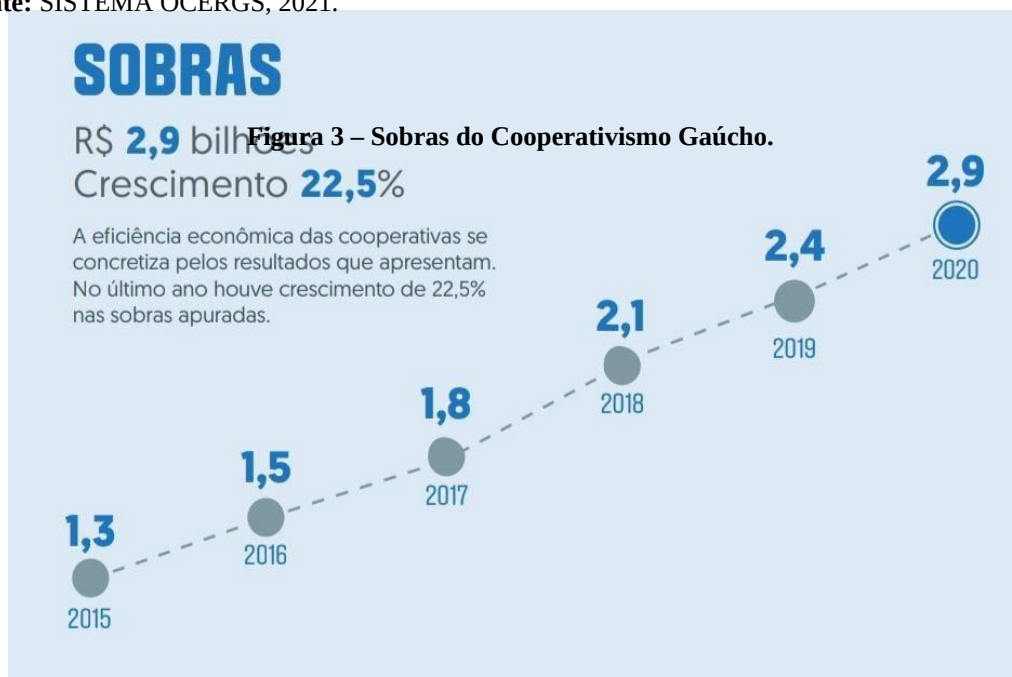
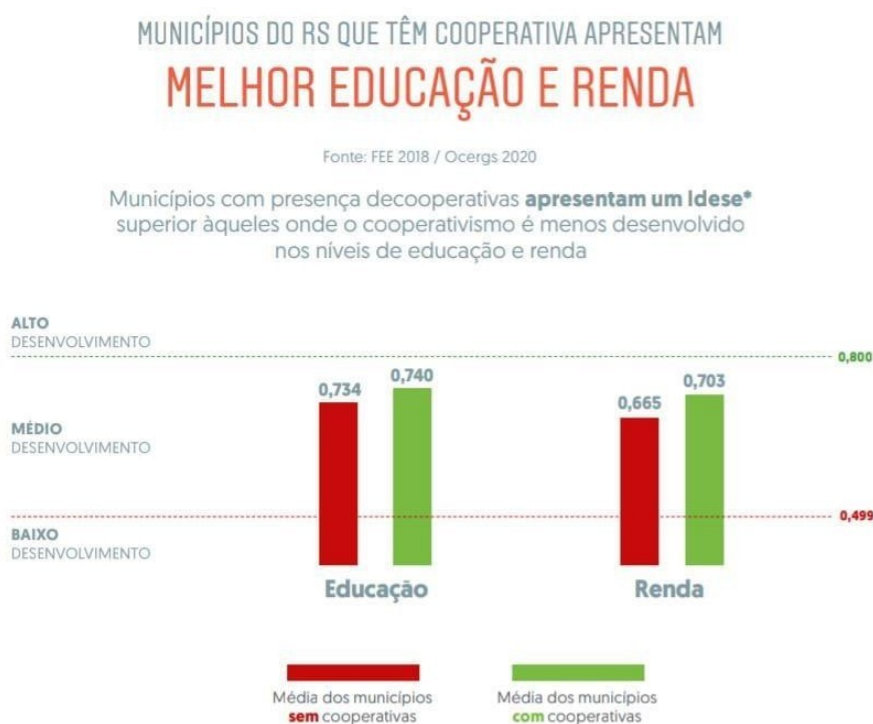


Figura 3 – Sobras do Cooperativismo Gaúcho.

Fonte: SISTEMA OCERGS, 2021.

Ainda neste mesmo documento, o Sistema OCERG, expõem um índice extremamente interessante, que avalia as situações socioeconômicas dos diversos municípios gaúchos, fazendo um comparativo, considerando fatores tanto qualitativos, quanto quantitativos, dos processos de desenvolvimento destes. Como pode-se observar na Figura 04, as cidades que contam com a presença de organizações cooperativas, possuem níveis de educação e renda superiores, as demais que não possuem em seu território nenhuma Cooperativa. (SISTEMA OCERGS, 2021).

Figura 4 – Índices de desenvolvimentos comparativos, de municípios gaúchos com e sem Cooperativas.



Fonte: SISTEMA OCERGS, 2021.

2.3. COOPERATIVISMO NO SISTEMA DO CAPITAL

A atual sociedade em que estamos inseridos, é uma sociedade envolta no sistema capitalista, ou seja, está voltada para o acúmulo de capital, porém apesar disto, muito se engana aquele que pensa que por isto trata-se de uma sociedade meramente competitiva. Na verdade, ela se divide em dois campos distintos, diretamente opostos, como exposto no seguinte trecho:

Na sociedade capitalista, a interação social está cindida em dois campos distintos: o competitivo, que abrange parte das atividades econômicas, políticas, lúdicas etc.; e o solidário, que engloba em princípio as relações familiares, de vizinhança, de coleguismo no estudo, no trabalho, em esportes de equipe etc. (SINGER, 2001, p. 01).

Somos seres vivos pré-dispostos a viver e se relacionar, com outros seres da mesma espécie, em sociedade, portanto possuímos um instinto antigo e ancestral de solidariedade, não conseguimos viver sempre competindo. Como expõem Paul Singer (2001, p. 01) “uma sociedade que levasse o individualismo e a competição como norma de sociabilidade às últimas conseqüências pereceria em pouco tempo. Alguma solidariedade, alguma interação desinteressada e altruísta é indispensável à reprodução de qualquer sociedade.”.

O termo cooperação pode vir com múltiplos usos, “é usado para definir ações, relações entre indivíduos, ou é empregado como um conceito de organização institucional.” (FRANTZ, 2001, p. 242). Além disto em outro trecho o autor, ainda descrevendo o significado do termo faz a seguinte colocação “(...) a cooperação é entendida, como uma ação consciente e combinada entre indivíduos ou grupos associativos com vista a um determinado fim.” (FRANTZ, 2001, p. 242). Ou seja, um grupo agindo em prol de algum objetivo comum. Por fim, ainda destaca que:

(...) a cooperação como um processo social, embasado em relações associativas na interação humana, pela qual um grupo de pessoas, busca encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, realizar objetivos comuns, busca produzir resultados, através de empreendimentos coletivos, com interesses comuns. (FRANTZ, 2001, p. 242).

Em uma organização cooperativa solidária, o maior objetivo se concentra no âmbito social, onde busca-se melhores condições de vida para os seus associados, trazendo condições mais justas e igualitárias, não há de ter distinção de renda ou hierarquias. É uma construção coletiva, afinal todos possuem responsabilidades e participação na consolidação deste tipo de empreendimento coletivo. Hedges e Schneider (2006, p. 34) expõem a filosofia de uma organização cooperativa, da seguinte forma:

Na filosofia de sua organização almeja-se afirmar a primazia do fator trabalho sobre o capital, reconhecendo, porém, no capital um meio importante para o desenvolvimento e a consolidação das cooperativas na sua dimensão empresarial. Entendem os autênticos cooperativistas que a consolidação de suas entidades, é fundamental, para poderem prestar cada vez mais e melhores serviços a seus associados, satisfazendo a suas necessidades, colaborando na construção de uma vida digna e na afirmação de uma cidadania ativa e participante, que atue como protagonista no desenvolvimento local e sustentável. Em tudo isso, o capital não é um fim em si, mas um meio, um instrumento, embora importante, porém subordinado aos interesses e às necessidades do trabalho associado, para realizar os diversos objetivos político-sociais das cooperativas. (HEDGES; SCHNEIDER, 2006, p. 34).

Ou seja, o foco principal, como retratado, são as ações de cunho mais social, porém é de natureza utópica pensarmos numa gestão de cooperativas voltada somente aos assuntos de cunho social, é necessário que haja um equilíbrio. O social não sobrevive sem o econômico, porém o econômico quando centralizado neste tipo de organização, faz com que se perca a essência da cooperação. Tendo em vista todas estas particularidades, destaca-se que a gestão destes empreendimentos se dá de forma muito mais complexa do que se formos analisar uma gestão empresarial, é necessário primordialmente que se leve em conta dois fatores quase que opostos, a solidariedade e a geração de renda. Para além disto ainda faz-se necessário levar em conta não somente as decisões isoladas de um, ou de poucos indivíduos, proprietários, mas de todos os cooperados, que em instituições de cunho coletivo, de maior porte podem chegar aos milhões. Já que estes por sua vez são os proprietários, os donos do empreendimento. Sendo assim, a partir de todas estas particularidades, fica evidente a dificuldade que há quando refere-se ao entendimento do sistema cooperativo.

Assim como a Cooperativa dos Probos Pioneiros de Rochdale, muitas outras organizações com os mesmos fins, o aumento da qualidade de vida de trabalhadores, de seus associados, busca colocar a solidariedade acima do capital. Pois como coloca Singer (2001, p. 05) “no capitalismo, a arma dos desprovidos de capital é a solidariedade.”.

Uma cooperativa que se caracteriza como um empreendimento de base solidaria tem uma forte ligação com os princípios do cooperativismo, que foram primordialmente traçados pela ACI no congresso de Viena em 1996, e modificados, pela mesma em Manchester em 1995, de acordo com Neto (2011), princípios estes transpostos no Quadro 4.

Quadro 4: Os 07 Princípios do Cooperativismo.

Congresso de Viena (1966)	Congresso de Manchester (1995)
---------------------------	--------------------------------

<u>1º Princípio – Adesão livre.</u> Por adesão livre, cada pessoa tem plena liberdade de se associar a uma cooperativa ou dela sair.	<u>1º Princípio – Adesão livre e voluntária.</u> Cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero.
<u>2º Princípio – Neutralidade social, política, religiosa e racial.</u>	<u>2º Princípio – Controle democrático pelos sócios.</u> As cooperativas são organizações democraticamente controladas pelos sócios os quais participam ativamente de suas políticas e tomadas de decisões. Homens e mulheres eleitos como representantes são responsáveis para com os sócios, têm igualdade de votação (um sócio, um voto); as cooperativas de outros graus também são organizadas de maneira democrática.
<u>3º Princípio – Um homem, um voto.</u> Na cooperativa cada cooperado tem um voto, independentemente do número do quotas-partes, com direito a votar e ser votado. Não é possível o voto por procuração.	<u>3º Princípio – Participação econômica dos sócios.</u> Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte desse capital é propriedade comum das cooperativas. Usualmente os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição da sociedade. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, possibilitando a formação de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis, retorno aos sócios na proporção de suas transações com a cooperativa e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.
<u>4º Princípio – Retorno das sobras.</u> Não há lucro na cooperativa, vez este seria a remuneração do capital. Em face da sua natureza e finalidade social, a cooperativa não visa ao lucro. Se houver sobras no balanço anual, essas sobras se destinam aos fundos previstos nos estatutos das cooperativas e o restante fica a disposição da assembleia geral, que decide livremente sobre a sua destinação. Se os cooperados decidem pela distribuição dessas sobras, serão distribuídas proporcionalmente à participação de cada cooperado.	<u>4º Princípio – Autonomia e independência.</u> As cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua, controladas por seus membros. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham a sua autonomia.
<u>5º Princípio – Juro limitado ao capital.</u> O sistema cooperativista considera o capital como simples fator de produção, limitando o juro máximo, pois o objetivo da cooperativa é a prestação de serviços ao quadro social.	<u>5º Princípio – Educação, treinamento e formação.</u> As cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
<u>6º Princípio – Cooperação-Educação permanente.</u> Todas as pessoas carecem de aperfeiçoamento constante, capacitando-se para o exercício da cooperação. Por isso, existe um fundo específico, esse fundo é constituído de, no mínimo, 5% das sobras líquidas apuradas no exercício e se chama Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES.	<u>6º Princípio – Cooperação entre cooperativas.</u> As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, através de estruturas locais, regionais e internacionais.

<u>7º Princípio – Cooperação internacional.</u> Não só os cooperados devem se unir em torno de interesses comuns, para viabilizar uma cooperativa, mas as próprias cooperativas devem se unir entre si em nível local, nacional e internacional, para atender melhor os interesses cooperados.	<u>7º Princípio – Preocupação com a comunidade.</u> As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros. Este princípio atinge uma dimensão maior com o processo de globalização da economia, onde as comunidades locais devem se organizar para garantir uma qualidade de vida melhor, principalmente no que se refere ao meio ambiente e a geração de emprego, onde os menos qualificados ficam mais vulneráveis.
---	--

Fonte: NETO, 2011, p. 97-99.

2.4. EDUCAÇÃO COOPERATIVA

2.4.1. Educação Formal e Informal

O sistema educacional hoje, ainda continua fortemente conectado com os processos formais de aprendizagem, processos esses que, se aplicados individualmente, por divergentes motivos, geram uma padronização na aprendizagem e formação dos sujeitos. Não levando em conta a multiplicidade de vivências e experiências de cada ser, sobretudo no mundo miscigenado em que vivemos, onde existem diversas, culturas, tradições e línguas diferentes. Onde um mesmo país, como por exemplo, o Brasil, possui a variabilidade cultural e linguística distribuída em todo o seu território, onde cada Estado possui uma maneira divergente de ser, e em alguns casos dentro do mesmo Estado existem variabilidades da cultura e das tradições.

É a educação formal que hoje está presente na escola, e que oferta o conhecimento científico, “(...) a educação formal possui a função de preparar o educando para atuar efetivamente junto á sociedade, para tanto oferece o conhecimento científico.” (BIESDORF, 2011, p. 01).

O sistema educacional hoje imposto na sociedade, é imparcial, defende somente o sistema do capital, a educação se tornou muito institucionalizada, se afastando cada vez mais do social, das organizações populares. Gerando inclusive subordinação e hierarquização como exporta o seguinte trecho:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário a máquina produtiva em

expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

A partir disto fica claro que a educação formal possui uma função para com o sistema do capital, a de alienar, fazendo com que todo o sujeito que passe por seus processos se contente com as condições ofertadas pelo sistema. Como expõem Mészáros (2008, p. 45) “uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados.”.

Para que se quebre com esses paradigmas capitalistas na educação surge então novos modos de se pensar os processos educativos, e é também reconhecida a importância e a presença, na construção de seres sociais, pensantes, críticos e formadores de opinião própria, da educação informal. Já que a educação informal se encontra fomentando processos de institucionalização favoráveis ao autoritarismo. István Mészáros (2008), defende a ideia de Paracelso de que “a aprendizagem é a nossa própria vida”, seguindo neste contexto o autor defende que:

(...) para tornar esta verdade algo óbvio, como deveria ser, temos de reivindicar uma educação plena para toda a vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal, a fim de instituir, também aí, uma reforma radical. Isso não pode ser feito sem desafiar as formas atualmente dominantes de internalização, fortemente consolidadas a favor do capital pelo próprio sistema educacional formal. De fato, da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão de guarda *ex-officio* e *autoritário* para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2008, p. 55).

Biesdorf (2011) coloca que a educação informal sempre fez e faz parte da sociedade, já que é ela que norteia o comportamento humano na sociedade. A educação informal, é aquela advinda de processos educacionais corriqueiros, presentes nas vivências cotidianas, geralmente fora das instituições de ensino, presentes por exemplo em interações familiares, em trocas de experiências, enfim no convívio social. Mészáros (2008) expõem que felizmente os processos contínuos de aprendizado, não se encontram dentro de entidades educacionais formais, o que é positivo já que impossibilita que estas formalidades manipulem ou controlem esses aprendizados.

2.4.2. Educação Transformadora, Emancipatória e Crítica

Segundo Paulo Freire (2014), um educador e filósofo brasileiro, considerado até hoje um dos pensadores mais notáveis da história da pedagogia mundial, Educação não transforma o mundo, educação muda as pessoas. Pessoas mudam o mundo. Ou seja, a educação tem poder de mudar e de transformar as pessoas e estas por sua vez, podem sim, mudar o mundo.

Freire (2014) defende uma mudança nos métodos educacionais impostos, uma educação que poderia mudar as atitudes humanas, que teria processos mais democráticos, passando por substituições de hábitos de passividade, por hábitos participativos. A partir da obtenção de pensamento e compreensão próprios e críticos que se tem ações transformadoras, é a partir da crítica que se criam soluções e melhorias. “A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será. Se é mágica a compreensão, mágica será a ação.” (FREIRE, 2014, p. 139).

A educação nasceu para a minoria rica da população, porém com o tempo e com muita luta, foi distribuída e conquistada como direito de todos. Apesar desta conquista, de grande importância, a educação ainda é utilizada como ferramenta de manipulação das massas. Sabendo disto, Freire (2014, p. 38) expõem uma pedagogia onde “(...) tanto o educador como o educando, homens igualmente livres e críticos, aprendem no trabalho comum de uma tomada de consciência da situação em que vivem.”. Ainda neste mesmo contexto Freire (2014) coloca que essa pedagogia seria responsável por eliminar as relações autoritárias dentro dos espaços de aprendizagem, não existiria professor e aluno, seria um processo com formação no diálogo. Por meio desta igualdade nos papéis, começa-se a desconstruir um passado de alienação e contentamento. Os sujeitos começam a olhar para a sociedade e para seus governos de forma mais crítica, começam a perceber suas realidades, mas de forma nenhuma se contentam com isso. “Começam a fazer-se críticos e, por isso, renunciam tanto ao otimismo ingênuo e aos idealismos utópicos quanto ao pessimismo e à desesperança, e se tornam criticamente otimistas.” (FREIRE, 2014, p. 74).

Este processo de manipulação acontece também nos processos educacionais organizativos:

Este quadro torna-se ainda mais complexo quando ocorre a mera transposição mecânica de um modelo organizacional de uma realidade nacional latino-americana. Assim a educação popular participativa

comunitária e a busca de uma consolidação definitiva da Economia Social em uma vertente emancipatória que rompa com o neoliberalismo e inclusive com o compromisso de defesa e crescimento das funções sociais e econômicas do Estado desde que transparentes e submetidas ao controle popular, assumem um papel essencial neste contexto socioeconômico. (NETO, 2011, p. 95).

Nota-se que a partir da implementação das características dispostas, seria possível criar uma educação que por meio de seus atores, poderia transformar suas territorialidades, emancipar seus educandos e torná-los sujeitos e cidadãos críticos, assim como como exposto:

Uma educação que possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, em vez de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos. (FREIRE, 2014, p. 118 – 119).

2.4.3. A relação entre Educação e Cooperação

A educação é outra temática que assim como a cooperação possui divergentes definições. Mas de forma geral a educação é um conjunto de práticas sociais e ações que refletem no desenvolvimento humano individual e social. Segundo a Lei de nº 9.394/1996 “(...) a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996).

Paulo Freire (2014, p. 127) coloca que “a educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.”.

Conjuntamente com o surgimento do Cooperativismo, como movimento contrário à competição e ao individualismo, com um enfoque mais social, surge também a Educação Cooperativista. Os pioneiros do Cooperativismo, com entendimento de que o modelo era novo, e, portanto, desconhecido e mal compreendido, definiram a educação como um dos princípios balizadores do movimento. “Os pioneiros de Rochdale propuseram a educação aplicada às organizações (cooperativas), para modelá-las segundo determinados princípios de funcionamento e garantir seu sucesso.” (FERREIRA e SOUZA, 2019, p.3). Neste sentido Hedges e Schneider (2006) também compartilham da mesma demanda expressa pelos

Pioneiros, já que esta falta de conhecimento sobre as particularidades que permeiam as organizações cooperativas, fazia com que houvesse certo receio por parte de alguns com relação ao consumo de produtos comercializados por esta organização, o que demandou que estes se organizassem enquanto grupo afim de discutirem o tema. Apesar do sistema Cooperativo desde o princípio caminhar lado a lado com a educação, somente recentemente que a administração de empresas, começou a compreender a importância da aprendizagem dentro do ambiente da cultura organizacional. Consequentemente com esse processo de maior visibilidade, começa também a existir uma maior produção acadêmica referenciando o tema em questão.

Primordialmente o aprendizado organizacional era tido como ferramenta para maior compreensão e entendimento do que representava aquela organização, porém, atualmente com tantas mudanças no ambiente externo, que impactam indiretamente estas instituições, é inevitável visualizar os reflexos no ambiente interno. Como medida de sobrevivência para estas organizações, se tinha “(...) a necessidade veemente de se intensificar a construção de ambientes de trabalhos que favoreçam, por um lado, a promoção do ser humano e, por outro, a constituição de processos de aprendizagem contínuos.” (FERREIRA e SOUZA, 2019, p. 4). Tendo em vista a necessidade de existir essa igualdade entre a promoção individual e a construção de aprendizados, fica ainda mais claro essa relação de dualidade entre a cooperação e a educação. No artigo o autor Walter Frantz (2001, p. 243) destaca que “(...) a educação e a cooperação são duas práticas sociais que se processam de tal forma que, sob certos aspectos, uma contém a outra.”.

Além das divergentes características citadas anteriormente, neste mesmo artigo, referente as Cooperativas, estas ainda são norteadas por 07 princípios básicos. Sendo estes adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica, autonomia e independência, educação, formação e informação, Intercooperação e interesse pela comunidade. Tendo em vista toda essa gama de demandas que precisam estar colocadas dentro de uma instituição cooperativista, expõem-se que:

(...) os princípios cooperativos não podem ser exercitados de forma isolada, e que também não existe hierarquia entre os mesmos, é impossível que o princípio da educação seja o mais importante dentre os demais princípios. Todavia, conforme foi mencionado anteriormente, ele foi denominado como o princípio de “regra de ouro” devido à sua fundamental importância e, segundo os entendimentos, era o meio para poderem ser compreendidos os demais princípios. (HEDGES; SCHNEIDER, 2006, p. 38).

Dando continuidade a dupla ainda acrescenta “(...) a tarefa fundamental da educação

cooperativa é difundir e colocar em prática os valores e os princípios cooperativos para que homens e mulheres integrados possam adaptar-se aos novos tempos e assumir objetivos futuros.” (HEDGES; SCHNEIDER, 2006, p. 38). Porém para além de fazer-nos compreender as características peculiares de uma Cooperativa, a educação cooperativista, como consequência do quinto princípio, possui muitas outras tarefas.

Hedges e Schneider (2006, p. 47) ao refletirem sobre o questionamento da educação cooperativista afirmam que “não se nasce cooperativista, mas se formam cooperados e tal tarefa cabe à educação e capacitação cooperativista.”. Ainda neste sentido, complementam que cabe a organização investir na educação cooperativa dos indivíduos que se associam a esta.

“Os processos educativos do cooperativismo são os meios pelos quais ocorre a transmissão das ideias, dos valores, dos princípios e das atividades próprias do cooperativismo. Por isso há estreitos vínculos entre cooperativismo e educação.” (SCHNEIDER, 2003, P.16)

Frantz (2001, p. 247) destaca que “através de práticas educativas e cooperativistas, procura-se estimular a responsabilidade social dos seus atores, especialmente, alunos e professores das escolas.”. Ou seja, as práticas de fomento à educação cooperativista são responsáveis por criar, na sociedade, sobretudo nos alunos e nos professores, uma maior responsabilidade social.

Ferreira e Souza no artigo de 2018 colocam o seguinte:

Antes mesmo de oficialmente ser criada a primeira cooperativa em 1844, os então chamados socialistas utópicos, como Robert Owen, Charles Fourier já colocavam na pauta de suas discussões, seja nos grupos de estudo e de trabalho, aspectos relativos à educação do homem. Convém ressaltar, dessa forma, que, influenciados diretamente pelos socialistas utópicos e comungando com alguns de seus pressupostos, os próprios Pioneiros percebiam na educação cooperativista a base para o desenvolvimento das cooperativas e, para tal, manifestavam a necessidade da criação de um fundo específico que a financiasse. Assim, foi adotado pelo movimento cooperativo esse fundo, sendo conhecido na lei brasileira n. 5.764/71 como o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES). (FERREIRA; SOUZA, 2018, p. 774).

Ou seja, desde os primórdios a educação cooperativista era tida como base para o sucesso das organizações, e visualizando a importância do fomento destas práticas, foi criado o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social). Quando falamos dos impactos da educação cooperativista para os cooperados/associados da organização que nesta

aplica recursos, vale destacar que “(...) mudar o comportamento do agente da cooperação no sentido de transformar o perfil do associado desinformado, desestimulado, desinteressado, não participativo, individualista, competitivo, para um perfil de associado bem-informado, solidário, motivado e participativo.” (SCHNEIDER, 2003, p. 13-14). Ou seja, aplicar recurso financeiro em práticas de aprendizagem cooperativistas, moldam um associado, com pensamento mais cooperativo e menos capitalizado. E a mesma lógica se aplica à sociedade do entorno, que é impactada pelo mesmo processo.

De acordo com Frantz (2001, p. 243) “No processo da educação, pode-se identificar práticas cooperativas e, no processo da cooperação, pode-se identificar práticas educativas.”. Ou seja, a educação e a cooperação se entrelaçam, se relacionam tanto que em alguns momentos uma está dentro da outra. Pois por exemplo, a cooperação em seu processo de organização necessita que haja entre seus agentes uma comunicação de práticas, objetivos e interesses, e estes agentes para conseguirem expor isto precisam saber falar, argumentar e tomar decisões. Nesta troca de saberes interposta na cooperativa, faz com que seus associados mesmo que involuntariamente entrelacem essas duas práticas sociais. “(...) na prática cooperativa, para além de seus propósitos e interesses específicos, produz-se conhecimento, educação e aprendizagem; na prática educativa como processo complexo de relações humanas, encontra-se cooperação.” (FRANTZ, 2001, p. 244).

É importante lembrar que o movimento cooperativo não é caracterizado pelo egoísmo ou pela obediência cega, não se desejam sócios robotizados como se tivessem passado por uma “lavagem cerebral”. Mas sim, exige-se uma autodisciplina coletiva, oportunizando o crescimento do homem e da mulher em todos os níveis - moral, social, cultural e intelectual – pedindo sugestões e participação. Para tanto, requer-se que o sócio seja educado, e assim não sendo, estará frustrando o movimento cooperativo. (HEDGES; SCHNEIDER, 2006, p.38).

Neste sentido, o cooperado necessita demonstrar também preocupação com o movimento, é uma via de mão dupla, a cooperativa oferta políticas de educação e capacitação e o cooperado de forma voluntária usufrui destas atividades ofertadas. A educação cooperativa deve despertar interesse no cooperado, e é aí que reside o maior desafio, “a dificuldade reside em saber despertar o interesse dos sócios para comprometer-se, uma vez que de uma maneira geral, as pessoas querem resultados imediatos e a imediatidade não faz parte da educação cooperativa.” (HEDGES; SCHNEIDER, 2006, p. 38). Assim como quase todo processo de aprendizado, a educação cooperativa, também demanda esforço e tempo para começar a exibir resultados. Contrapondo esporadicamente essa utopia de imediatidade com relação aos processos de fomento a educação cooperativa, é tido que a educação

cooperativa é um processo vitalício, inesgotável, que demanda cuidados, revisão, experimentos e que é isento de discriminação de qualquer natureza, seja esta quanto a gênero, idade, profissão, raça, etc. (HEDGES; SCHNEIDER, 2006, p. 38).

“É importante que a educação cooperativa seja dirigida à sociedade em geral, não somente buscando objetivos de caráter institucional.” (HEDGES; SCHNEIDER, 2006, p. 39). Distribuindo o conhecimento também fora das instituições alcança-se um público mais amplo desenvolvendo cidadãos mais críticos, criativos e independentes, contribuindo assim também para o desenvolvimento da sociedade do entorno. Além da criatividade já exposta, a educação cooperativa desperta o protagonismo das pessoas (HEDGES; SCHNEIDER, 2006), gerando assim figuras de liderança dentro e fora da organização.

Tendo em vista as características únicas que norteiam uma cooperativa, nenhuma capacitação existente, na área empresarial, ou na área social, consegue suprir as demandas de aprendizagem, que por estas se tornam necessárias. Tendo em vista esta situação, Ferreira e Souza (2018, p. 775), expõem uma demanda solicitada por divergentes organizações do setor “(...) cooperativas pertencentes aos mais diversos ramos, têm manifestado reiteradamente a necessidade de um amplo programa de educação cooperativista e reivindicando os fundos necessários para isso.”. A partir desta demanda surgiu o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

Um fator que acabou por fortalecer o sistema cooperativo, como expõem a seguinte citação “Paralelamente ao surgimento do Sescoop, num processo crescente durante as últimas duas décadas, o Brasil vivência um aumento significativo do número de cooperativas e dos chamados empreendimentos solidários.” (FERREIRA; SOUZA, 2018, p. 776). Porém apesar da clara expansão da educação cooperativista e consequentemente do cooperativismo, ainda há um processo longo de fomento e de manutenção de programas, e/ou outras práticas que coloquem a educação cooperativista em prática. Como por exemplo o programa “A União Faz a Vida” e as Cooperativas Escolares, colocados em prática pela Cooperativa de Crédito Sicredi.

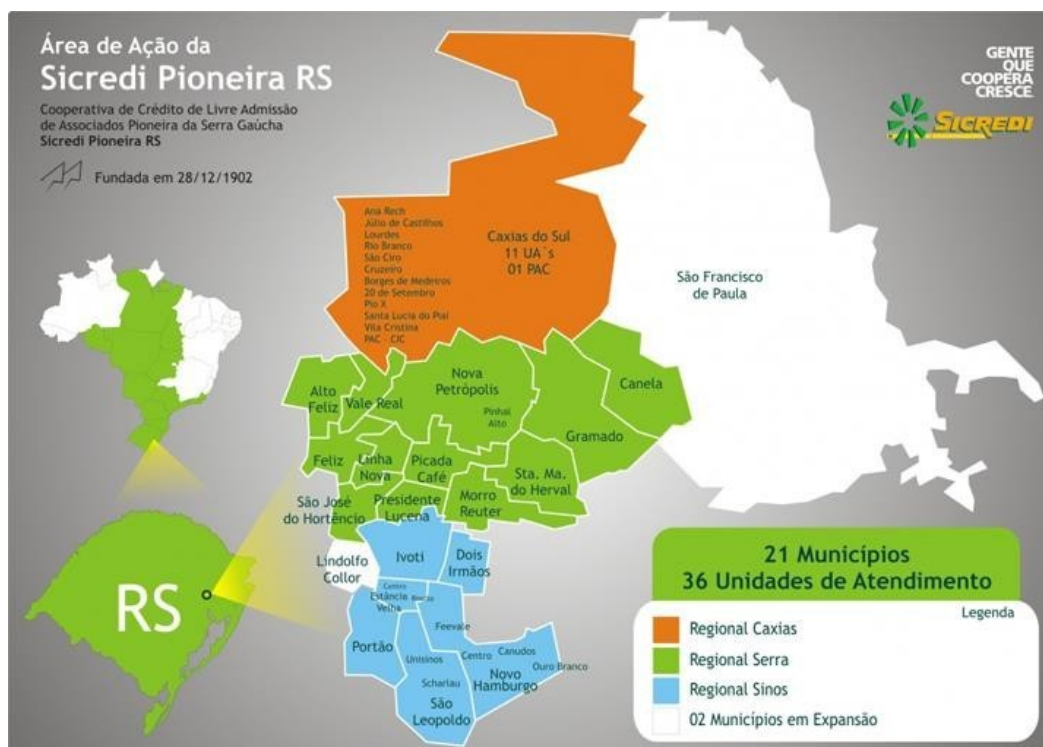
3. METODOLOGIA

O presente trabalho, de forma direta, desfrutou dos seguintes passos, para sua elaboração. Primeiramente, foi realizada uma análise bibliográfica, baseando-se em livros, artigos, publicações, entre outros de autores relevantes com conhecimento aprofundado na área. A fim de apresentar o conceito de Educação Cooperativista, visando a identificação dos efeitos da implantação de práticas de fomento, sobretudo em relação aos impactos acometidos no cotidiano da comunidade inserida no contexto em discussão.

Logo após foi realizado um levantamento, por meio de entrevistas, com a comunidade participante como também com os beneficiados pelo programa. Como comunidade fomentadora, atentamos aos profissionais que trabalham no desenvolvimento e implantação do programa, com ligação direta à cooperativa Sicredi e também os educadores, sobretudo os professores orientadores, que possuem laços mais próximos com as crianças e jovens cooperados das respectivas cooperativas escolares. E com relação aos beneficiários do programa buscou-se contemplar tantos alunos que já foram contemplados, que podem ofertar um parâmetro mais geral, mas também os que ainda se encontram neste contexto que ainda são beneficiados pelo programa. Ou seja, foram entrevistados no presente trabalho, 03 (três)

alunos que estão ativamente atuando em alguma cooperativa escolar, 03 (três) jovens que já foram cooperados de uma cooperativa escolar, 01 (um) professor orientador, 01 (um) membro da direção escolar de uma escola que comporta uma cooperativa escolar e ainda 01 (um) membro/associado da cooperativa Sicredi, a cooperativa implementadora do programa. Isto para que fosse possível compreender as vantagens estabelecidas para cooperados, cooperativa, beneficiados pelo programa e sociedade, com a implantação dessas metodologias de fomento à Educação Cooperativista, no programa em questão. Verificou-se ainda, a forma como os fomentadores veem seu trabalho refletido na vida e na trajetória das crianças e dos jovens pertencentes ao projeto “Cooperativas Escolares”, buscando ainda compreender de que forma esses jovens e essas crianças entendem os reflexos da implantação do programa em suas trajetórias. No intuito de contemplar estes requisitos, as entrevistas foram aplicadas na amostra anteriormente descrita, esta amostra foi composta por duas cooperativas escolares, uma de escola pública e outra de escola privada. Sendo que estas se encontram dentro do território de atuação da Sicredi Pioneira – RS, como fica claro na Figura 5.

Figura 5 – Mapa regional de atuação da Sicredi Pioneira – RS



Fonte: SICREDI PIONEIRA. Nova Petrópolis:2019.

A amostragem escolhida contou com 03 adolescentes com faixa etária entre 13 e 16

anos e adultos com faixa etária entre 21 e 47 anos, dentre eles 04 são do sexo masculino e 05 do feminino.

Destaca-se que a amostra escolhida para a pesquisa foi desenhada desta forma, pois assim é possível obter visões mais variadas, de quem está ainda vinculado ao projeto e de quem já passou pelo processo, assim como também de quem o implementa e da escola que o recebe. Desta forma abre-se leques maiores de informações que tem origem em diferentes indivíduos que encontram-se em distintas fases da vida, o que trás mais diversidade e riqueza nas informações coletadas. Os indivíduos convidados a participar da amostragem da pesquisa em questão tiveram o projeto previamente apresentado e foram informados dos objetivos e riscos a serem enfrentados durante a realização das entrevistas, além disto foi lhes apresentado um termo de livre e esclarecido consentimento. Tudo isso, porque entende-se por processo de consentimento todas as etapas a serem necessariamente observadas para que o convidado a participar de uma pesquisa possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida. Envolve o estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participante. Esse processo precisa ser continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, que poderá ser realizado por meio de sua expressão oral, escrita, língua de sinais ou de outras formas que se mostrem adequadas, devendo ser consideradas as características individuais, sociais, econômicas e culturais da pessoa ou do grupo de pessoas participante da pesquisa, bem como as abordagens metodológicas aplicadas. Tendo em vista essas adversidades todas os participantes das entrevistas forma orientados para que apesar de terem dado seu consentimento inicialmente, todos possuem o direito de que em qualquer sinal de desconforto estes podem retirar seu consentimento e a entrevista será parada e também descartada. Outro ponto a ser colocado é que todo o participante teve sua privacidade e seu sigilo garantido durante a elaboração da pesquisa. Durante as entrevistas, as perguntas e respostas serão gravadas, porém este material será apenas destinado à consulta do pesquisador, não será divulgado.

Os participantes acima descritos possuem como critério de inclusão a relação com o programa da cooperativa Sicredi. Já os critérios de exclusão se baseiam sobretudo no quesito proximidade com o pesquisador, pois o mesmo não dispõe de ferramentas para locomoção. Esta coleta de dados somente terá início após aprovação de Comitê de ética.

Por fim, proceder com uma análise unindo os relatos práticos dos entrevistados com o conhecimento teórico encontrado durante a pesquisa bibliográfica, visando uma interação entre teoria e prática.

3.1. QUANTO AOS OBJETIVOS

De acordo com Marconi e Lakatos a Pesquisa Descritiva “Delineia o que é” - aborda também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente.” (MARCONI, LAKATOS. 2002, p. 20). A partir desta descrição é possível classificar a presente pesquisa, que busca delinear, descrever, observar, registrar e ainda analisar os efeitos da implantação do programa Cooperativas Escolares, nas escolas tanto públicas quanto privadas na região de atuação da Sicredi Pioneira, como uma Pesquisa Descritiva.

3.2. QUANTO A FORMA DE ABORDAGEM

Tendo em vista que o objetivo é realizar entrevistas destaca-se que a presente pesquisa obterá resultados caracterizados como qualitativos e não quantitativos. Uma vez que o intuito desta não é gerar dados estatísticos, nem somente retratar os efeitos da implementação do programa em questão, mas sim além de replicar os resultados obtidos analisar esses efeitos refletidos na vida da sociedade envolta no contexto em questão. Caracterizando essa classificação os autores expõem as seguintes características:

É o tipo de pesquisa apropriada para quem busca o entendimento de fenômenos complexos específicos, em profundidade, de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas. Diferente da quantitativa, a pesquisa qualitativa é mais participativa, porém menos controlável e, por esta razão, tem sido questionada quanto a sua validade e confiabilidade. (FONTELLES, SIMÕES, FARIAS, FONTELLES. 2009, p.06).

3.3. QUANTO AOS PROCESSOS TÉCNICOS

O presente trabalho analisou o programa de Educação Cooperativa, da cooperativa Sicredi, portanto trata-se de um estudo de caso, que conteve entrevistas, que foram analisadas, buscando observar os efeitos que a implementação deste gera para os envolvidos.

Acrescenta-se que os processos metodológicos do presente projeto de pesquisa respeitam os preceitos éticos contantes na Resolução CNS nº 466/2012, (item III e item XIV) e na Instrução Normativa PROPESP/FURG nº 06/2019 (Art. 5º, item II, subitem d), que tratam de pesquisas com seres humanos.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa realizada com uma amostra composta por 09 (nove) pessoas, que possuem ou já possuíram algum vínculo com o programa Cooperativas Escolares, entre os anos 2010 e 2023, desde a chegada do programa na área de atuação de Nova Petrópolis. Vale destacar que os nomes são fantasia em respeito a integridade e privacidade dos respectivos participantes. A fim de apresentar os participantes de forma mais direta, na Figura 6 estão listadas as características pessoais do perfil de cada entrevistado.

Figura 6 – Perfil dos Entrevistados

PARTICIPANTE 01:



- ✓ Nome: **Thiago**
- ✓ Idade: **43 anos**
- ✓ Formação: **Administrador, com pós-graduação em Gestão de Cooperativas**
- ✓ Ocupação: **Presidente do Conselho Administrativo da Sicredi Pioneira desde 2018.**

PARTICIPANTE 02:



- ✓ Nome: **Leonardo**
- ✓ Idade: **47 anos**
- ✓ Formação: **Licenciatura em Ciências Biológicas pela UFRGS, e mestrado em Biologia**
- ✓ Ocupação: **Professor concursado de ciências do sexto ao nono ano, em duas escolas, sendo pelo menos uma delas pública.**

PARTICIPANTE 03:



- ✓ Nome: **Regina**
- ✓ Idade: **39 anos**
- ✓ Formação: **Letras com pós-graduação em supervisão e também em metodologia do ensino da língua inglesa**
- ✓ Ocupação: **Vice-diretora de escola pública do município**

PARTICIPANTE 04:



- ✓ Nome: **Mariana**
- ✓ Idade: **13 anos**
- ✓ Formação: **Ensino Fundamental em andamento**
- ✓ Ocupação: **Estudante do 8º ano do ensino fundamental de escola pública**

PARTICIPANTE 05:



- ✓ Nome: **Helena**
- ✓ Idade: **14 anos**
- ✓ Formação: **Ensino Fundamental em andamento**
- ✓ Ocupação: **Estudante do 8º ano do ensino fundamental de escola pública**

PARTICIPANTE 06:



- ✓ Nome: **Talita**
- ✓ Idade: **16 anos**
- ✓ Formação: **Ensino Médio em andamento**
- ✓ Ocupação: **Estudante do 2º ano do ensino médio da Escola Técnica Bom Pastor**

PARTICIPANTE 07:



- ✓ Nome: **Ricardo**
- ✓ Idade: **22 anos**
- ✓ Formação: **Ensino Superior em andamento**
- ✓ Ocupação: **Exerce funções junto ao Sindicato de trabalhadores Rurais**

PARTICIPANTE 08:



- ✓ Nome: **João**
- ✓ Idade: **23 anos**
- ✓ Formação: **Técnico Agropecuário cursando o ensino Superior**
- ✓ Ocupação: **Trabalha no ramo agropecuário, junto a qualidade do leite e também no setor de frutas.**



Fonte: Elaborado pela autora.

Neste contexto, vale ainda destacar alguns pontos: o Participante 01 tem ligação direta com a Cooperativa Sicredi, a implementadora do programa Cooperativas Escolares; já os Participantes 02 e 03, trazem visões que levam em conta as instituições de ensino onde o programa é implementado; ainda neste contexto vale destacar que o Participante 02 é professor orientador de três cooperativas escolares, uma no município de Picada Café e outras duas em Santa Maria do Herval, há nove anos; as Participantes 04, 05 e 06 são alunas associadas às cooperativas escolares, trazem o olhar de quem está dentro do programa, contribuindo assim com a pesquisa trazendo uma visão atual; já o último trio de participantes, os Participantes 07, 08 e 09 são jovens/adultos que já foram contemplados pelo programa, que já passaram pela experiência de participar das cooperativas escolares e que desta forma conseguem apresentar as contribuições do programa em suas trajetórias, tendo uma visão dos reflexos acometidos em suas vidas, seja no âmbito profissional, pessoal e acadêmico. Com isso, apresentam um olhar sobre as contribuições do programa para além das ações desenvolvidas dentro das cooperativas escolares.

4.2. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

Definir o programa Cooperativas Escolares, não é tão simples, pois possui uma grande complexidade, já que se trata de algo diverso e ainda pouco difundido. No site oficial da cooperativa de crédito Sicredi, o programa é conceituado como sendo uma:

(...) parceria com instituições de ensino que acreditam nos princípios e valores do cooperativismo como proposta educativa. Assim, os estudantes são os protagonistas, atuando como pesquisadores, investigadores e compartilhando conhecimentos com todos. (SICREDI,

s/d).

A fim de afirmar essa pedagogia educacional proposta pelo programa em questão, o Participante 02 expõem que:

as Cooperativas Escolares são um projeto onde a gente faz como se fosse um laboratório com os alunos, onde eles aprendem a como gerir. Gerir as coisas, a sua vida, a trabalhar com empreendedorismo de repente, pensando num futuro, preparando-os para isso. Para que eles possam ter mais condições de repente abrir o próprio negócio, de acreditar naquilo que eles querem, naquilo que eles têm de talento, assim a gente sempre diz para eles que eles têm muito potencial, para tudo o que eles quiserem, que nada cai do céu, mas que a gente precisa acreditar naquilo que a gente traz de bom ou de talento. (Participante 02)

Neste sentido, evidencia-se que as cooperativas escolares ofertam um cenário com diversos aprendizados e são descritas como laboratórios, pelo próprio Sicredi, de acordo com o constante na página oficial da cooperativa, exatamente por permitirem que os jovens e as crianças participantes tenham um primeiro contato com diversas responsabilidades e desafios, ofertando inúmeras oportunidades e muitas aprendizagens. A Participante 06 ao ser questionada sobre o que são as cooperativas escolares, coloca que “*a cooperativa escolar, ela é um laboratório de aprendizagem, onde a gente consegue colocar em prática aquilo que a gente aprende em sala de aula, escrever atas, fazer o balanço financeiro, essas coisas assim.*”. Aprendizagem essa que conta com diversos fatores, como ela mesma relata, aprende-se a escrever atas e a realizar balanços. Mas pode-se observar que é mais profundo que isto, pois segundo a Participante 03, por meio das cooperativas escolares, os:

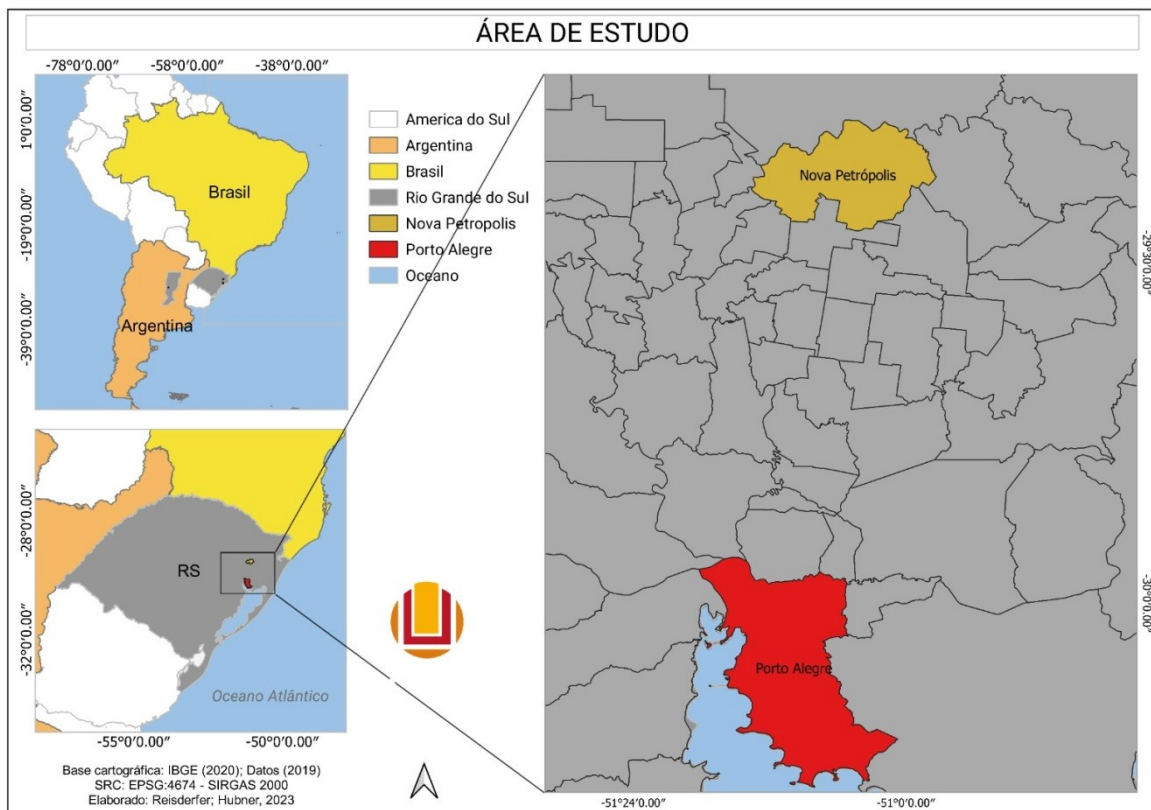
(...) estudantes que escolhem estar ali, na cooperativa escolar, participando desse grupo. Eles trabalham de diversas formas, eles aprendem o que é o cooperativismo, aprendem como são os princípios da cooperativa, eles trabalham a partir de um produto, que eles querem desenvolver ou produzir. Aqui eles trabalham várias coisas, a questão de trabalhar a livro caixa, de fazê-los conhecer todo o processo que tem, que envolve a cooperativa em si. (Participante 03)

Esse aprendizado referente ao trabalho em grupo, ao cooperativismo e ao coletivo, é reforçado também pela fala do Participante 07, “*uma cooperativa escolar é na maioria dos casos o primeiro contato das crianças com o cooperativismo, é um momento onde elas aprendem a ver a vida como um coletivo.*”, o que reforça que cooperativismo escolar é sinônimo de laboratório de aprendizado e de experiências, como já disposto pela própria cooperativa Sicredi, sobretudo em prol da capacidade de trabalhar-se em coletivo, em grupo, visualizando cada vez mais a construção coletiva, o trabalho em equipe e não o individualismo.

4.2.1. Origem do Programa

Para que se possa compreender o surgimento desse programa é necessário que nos atentemos à história de dois locais distintos o primeiro é do município de Nova Petrópolis e o segundo é da cidade de Sunchales na Argentina. Nova Petrópolis é uma cidade de origem alemã localizada na serra gaúcha que de acordo com o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2022, possui 23.300 habitantes, o município fica localizado há cerca de 86 quilômetros da capital gaúcha Porto Alegre, como indicado pela Figura 7:

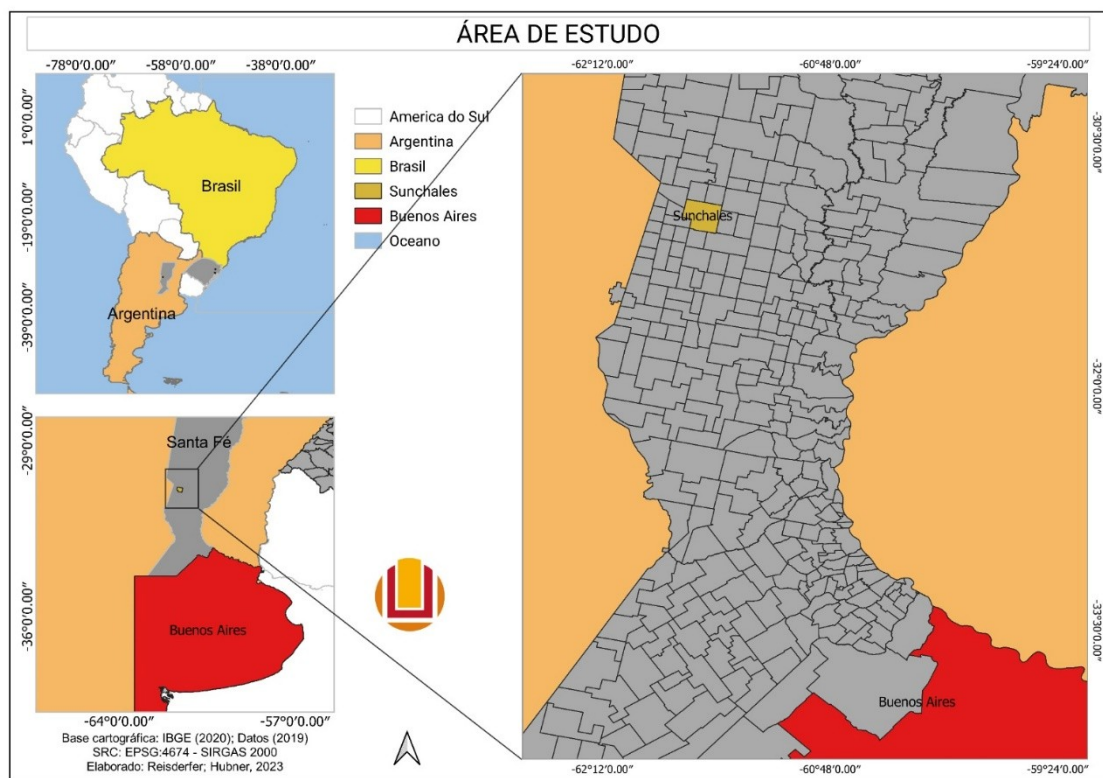
Figura 7 – Localização de Nova Petrópolis



Fonte: REISDERFER; HUBNER, 2023.

Já a cidade de Sunchales na Argentina é um município da província de Santa Fé, que conta com cerca de 22 mil habitantes de acordo com o censo de 2010. O município fica a cerca de 792 quilômetros da capital argentina de Buenos Aires, como mostra a Figura 8:

Figura 8 – Localização de Sunchales

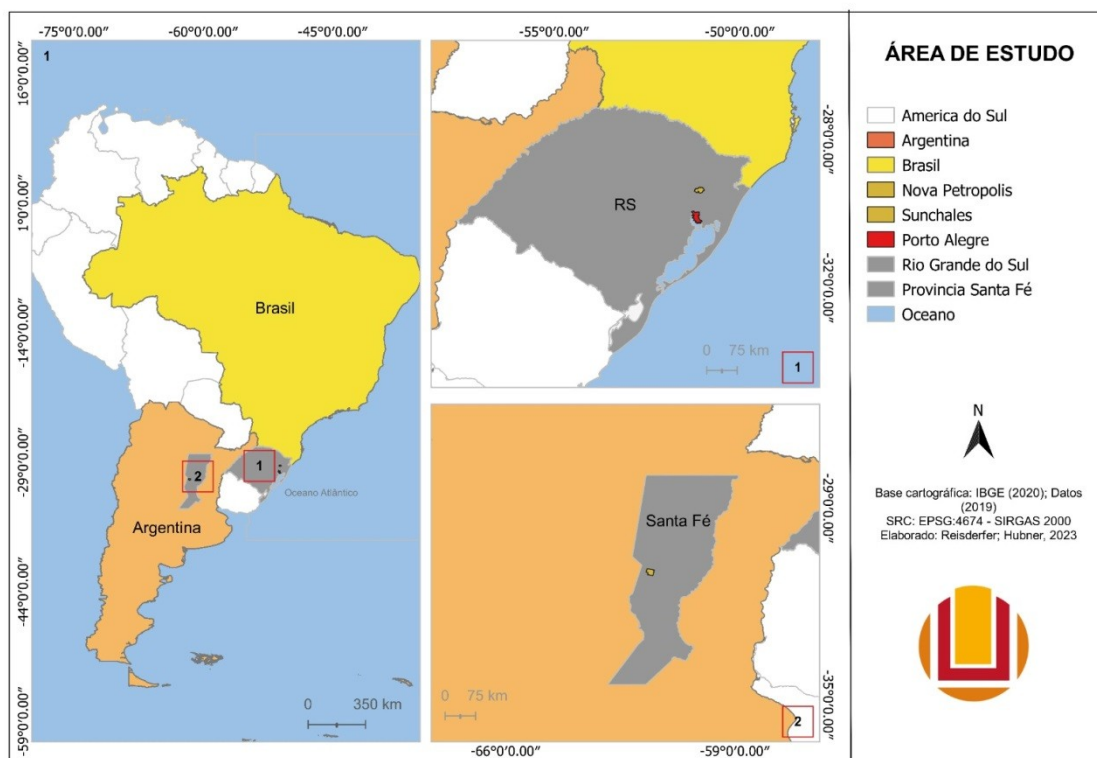


Fonte: REISDERFER; HUBNER, 2023.

Apesar da distância de 1542 quilômetros que separam Nova Petrópolis e Sunchales,

(Figura 09) ambas possuem tantas características em comum que são consideradas cidades irmãs. O programa Cooperativas Escolares nasce dessa troca de saberes entre as cidades. Essa irmandade começou anos atrás, como relata o Participante 01. De acordo com o entrevistado, esse laço nasce em meados de 2002, quando o monumento ‘Força Cooperativa’ de Nova Petrópolis é inaugurado. Monumento representado pela Figura 9:

Figura 9 – Localização de Nova Petrópolis e de Sunchales



Fonte: REISDERFER; HUBNER, 2023.

Figura 10 – Monumento Força Cooperativa.



Fonte: CABRAL, Lucia. Nova Petrópolis, s/d.

Monumento este, que ao ser inaugurado garantiu o título de primeiro monumento em homenagem ao cooperativismo do mundo à cidade de Nova Petrópolis, a sua inauguração contou com a presença do presidente da ACI (Aliança Cooperativa Internacional) da época. De acordo com o participante 01:

(...) esse monumento ele estava quase pronto, prestes a ser inaugurado dia 28/12/2002 nas comemorações dos 100 anos da Sicredi Pioneira, esse monumento representa os 7 princípios do cooperativismo, a diversidade e a Pedra no caminho que 100 anos depois tinha sido lapidada pelos pinheiros social e econômico. Naquele ano alguns dias antes, 2 semanas antes, se descobriu que estava aqui no Brasil, Ivano Barberini que era na época o presidente da ACI. Ele estava passando por Brasília e se fez um esforço muito grande para trazer ele até Porto Alegre, para ele vir a Nova Petrópolis tirar uma foto no monumento. (Participante 01)

Anos mais tarde em 2006 a Casa Cooperativa¹ de Sunchales, conjuntamente com a Força Cooperativa Local², inaugurou seu monumento em referência Cooperativismo (Figura 11), porém sem o conhecimento da existência do monumento na cidade do Sul do Brasil, convidam a Ivano Barberini para a inauguração do suposto primeiro monumento ao cooperativismo mundial, como relata o participante:

em 2006 a Casa Cooperativa de Sunchales com toda a comunidade da cidade, teve a ideia de inaugurar um monumento ao cooperativismo na rótula, aquele que mostra os valores do cooperativismo, e convidou o Ivano Barberini, no convite escreveu que era para ele participar da inauguração do primeiro monumento em homenagem ao cooperativismo no mundo. Daí o Ivano Barberini respondeu o convite dizendo que seria uma honra que ele certamente participaria, e que ele só tinha uma correção e uma missão que aquele não era o primeiro monumento ao

¹Casa Cooperativa: é uma entidade sem fins lucrativos, que visa promover por meio da educação o cooperativismo.

² Força Cooperativa Local: é a união de organizações cooperativas locais.

cooperativismo no mundo, era o segundo e que o primeiro ficava numa cidadezinha do interior do Rio Grande do Sul no Brasil, chamada Nova Petrópolis, portanto nada muito longe de Sunchales na Argentina (...)
(Participante 01)

Figura 11 – Monumento ao Cooperativismo de Sunchales



Fonte: ACES. Sunchales, 2011.

Curiosos com a descoberta, o movimento cooperativista de Sunchales buscou conhecer Nova Petrópolis, e fez-se uma visita, onde concluiu-se que realmente o primeiro monumento está localizado no Brasil. Porém apesar disto, o movimento cooperativista da cidadezinha da serra gaúcha ainda tinha muito a aprender com o movimento cooperativista da cidadezinha argentina.

É inegável a importância da cidade de Nova Petrópolis em relação ao cooperativismo, não só no RS, mas para o país inteiro, como já discorrido no referencial teórico, porém em comparação a Sunchales havia um grande potencial a ser explorado. Tendo essas questões em vista, os visitantes argentinos comentaram e fizeram algumas sugestões, como por exemplo, a fundação de uma Casa Cooperativa, propuseram ainda encaminhar a solicitação para um projeto de Lei que tornasse a cidade de Nova Petrópolis como sendo a Capital Nacional do Cooperativismo e ainda que constituíssem cooperativas escolares. Sobre esses fatos, o Participante 01 conta o seguinte “(...) eles brincaram ok, tudo bem, vocês têm o primeiro monumento, mas vocês não têm casa cooperativa, vocês não têm cooperativas escolares, vocês não têm isso, vocês não têm aquilo, vocês não são a capital nacional do cooperativismo.”, e o Participante 01 ainda admite que a comunidade de Sunchales era mais avançada “(...) em termos de cooperativismo como um censo da comunidade local. Daí a Pioneira foi, e mais autoridades locais foram visitar Sunchales. Aí nasceu a ideia da irmandade, por isso que hoje as 2 cidades

são irmãs.”.

Os frutos dessa aproximação cultivada em 2006, já começaram a despontar 04 anos depois, em meados de 2010 e 2011, quando inicialmente se constituiu em Nova Petrópolis a Casa Cooperativa. E a Casa Cooperativa como primeira medida, já começa a implementação da COOEBOMPA, primeira cooperativa escolar do município, do Rio Grande do Sul e do país. Também na mesma época Nova Petrópolis é reconhecida nacionalmente como Capital do Cooperativismo, por meio da Lei 12.205/2010³, recebendo o título de Capital Nacional do Cooperativismo. Conquistas oriundas dessa aproximação, dessa irmandade consagrada com a cidade argentina começaram a ser concretizadas. De acordo com o Participante 01:

(...) por causa do monumento que os argentinos vieram para o Brasil, para Nova Petrópolis, e por causa deles a gente foi conhecer Sunchales, e por causa de conhecer eles, que vem a provocação de uma cooperativa escolar então tudo é por causa da daquele monumento na praça e a gente deve tudo a comunidade de Sunchales eles são os nossos grandes inspiradores e provocadores. (Participante 01)

4.3. CENÁRIO ATUAL DO PROGRAMA

Desde a fundação da Cooperativa Escolar COOEBOMPA, primeira cooperativa escolar fundada, no país em 2010, o programa vem crescendo. Como relata o Participante 01 “*Daí nasceu a COOEBOMPA e depois nasceram outras cooperativas escolares e hoje na área de atuação da pioneira tem perto de 30 cooperativas escolares*”. Ainda neste contexto, o mesmo entrevistado segue relatando o acréscimo de cooperativas escolares, e a crescente expansão do projeto não só na área da Cooperativa Sicredi Pioneira.

(...) nasceram tantas que foi preciso nascer uma Federação a FECOOPES, nossa federação das cooperativas escolares da Pioneira. Depois nasceram outras cooperativas escolares fora da área de atuação da Pioneira, o programa foi crescendo, ele inclusive sai da gestão da Casa Cooperativa que cuidava só de Nova Petrópolis, hoje não seria um problema porque a Casa Cooperativa virou nacional, e foi para a Central⁴ do Sicredi e depois esse programa acabou indo para o Paraná para o Mato Grosso para outros estados e ele sai também da Central e vai

³ No dia 19 de janeiro de 2010, Nova Petrópolis recebeu o título de "Capital Nacional do Cooperativismo", a partir da lei federal 12.205/2010, em virtude de ser o berço do cooperativismo de crédito da América Latina e por ser o município sede da primeira cooperativa de crédito que foi fundada em 28 de dezembro de 1902. Trata-se da Caixa de Economias e Empréstimos Amstad, que teve como seu precursor o Padre Theodor Amstad, precursor também do cooperativismo no Brasil. Esta cooperativa é a atual Sicredi Pioneira RS. Nova Petrópolis possui nove cooperativas, sendo cinco delas fundadas na cidade, reafirmando assim o título recebido.

⁴ O Banco Central define como Central de Cooperativa de Crédito, aquelas cooperativas fundadas por pelo menos três singulares (são as constituídas pelo número mínimo de vinte pessoas, sendo permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto atividades econômicas correlatas às de pessoa física, ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos) filiadas. As Cooperativas Centrais são constituídas para organizar em comum acordo e em maior escala o serviço ofertado pelas filiadas, integrando e orientando suas atividades e ainda facilitando o uso recíproco dos benefícios ofertados.

para a Fundação⁵. Hoje ele é um programa sistêmico com presença nacional em várias cooperativas do Sicredi já existem as cooperativas escolares, e inclusive ele acaba sendo replicado pelo próprio professor Everaldo Marine dentro do instituto Sicoob e lá com outro nome, mas é a mesma coisa, as cooperativas mirins, e hoje eu sei de cooperativas mirins que já existem em Rondônia, já existem no norte do país, já existem no nordeste do país. (Participante 01)

Um ponto importante a ser aqui mencionado é que em meados de 2019 e 2020 o programa sofreu algumas alterações. Anteriormente as cooperativas escolares estavam relacionadas ao programa “A União faz a Vida”, programa também fomentado pela Sicredi, porém desde então as Cooperativas Escolares passam a ser um programa distinto. Ao ser questionado a respeito da mudança cometida o Participante 01 relata que é necessário refletir e visualizar sim os ganhos, mas também observar criticamente e perceber, também os resultados contraproducentes. *“É importante tu olhar para essas perdas do caminho e dizer por que que aquela cooperativa escolar acabou e não existe mais, por que aquele professor não ficou satisfeito com a cooperativa escolar e saber aceitar isso.”* (Participante 01). Ainda neste sentido o mesmo destaca que para além de compreender o que houve, é preciso buscar modificar e melhorar o programa para que se obtenha resultados mais assertivos.

O objetivo central buscado a partir dessa alteração no programa, foi estabelecer uma metodologia, que propiciasse garantias de que assim como em Nova Petrópolis, as cooperativas escolares de outros municípios também obtivessem acesso as mesmas ferramentas ofertadas. Anteriormente as cooperativas acabavam por se perder, pois não existia nenhum tracejado que pudesse minimamente nortear um caminho para os estudantes, o que acabava, em alguns casos por desvirtuar o programa. Modificação essa que é importante para os momentos de inteiração:

“Essa padronização ela é importante, porque uma outra grande entrega de valor que o programa tem são as reuniões, são os encontros dessas cooperativas escolares, seja regional, estadual, nacional, e promover esses encontros tendo eles a mesma base, a mesma metodologia, acaba agregando muito mais para o conhecimento dos jovens. Porque se não cada um faz de um jeito numa região e depois quando a gente vai reunir as cooperativas escolares a história que a X⁶ tá contando da cooperativa escolar dela, não faz sentido nenhum para o Y⁷ na cooperativa escolar dele.” (Participante 01).

O Participante 02 também foi questionado quanto as mudanças exercidas no programa, já que o mesmo contribui com uma trajetória de 09 anos como professor orientador de cooperativas escolares e possui vivências em ambos os cenários. O professor relata que anteriormente, exatamente por não existir uma metodologia, por exemplo, nem todas as cooperativas eram

⁵ A Fundação Sicredi promove iniciativas e programas que visam impactar positivamente aos sócios e a sociedade ao seu entorno. A fundação tem como propósito manter viva a essência cooperativa, por meio de iniciativas educacionais, culturais, sociais e sustentáveis.

⁶ Variável acrescentada para garantir a privacidade e segurança dos participantes entrevistados.

⁷ Variável acrescentada para garantir a privacidade e segurança dos participantes entrevistados.

instruídas da mesma forma e nem todos os alunos recebiam uma formação sobre o cooperativismo. Desta forma, existiam maneiras diferentes de organização dentro das cooperativas, algumas sim, possuíam uma forma mais coletiva, solidária e igualitária para trabalhar, onde o foco ficava na aprendizagem, porém nem todas eram assim.

Eu lembro que o professor [...] ⁸ falava da questão de aprendizado, que deveria haver todo um aprendizado por trás, mas na prática não acontecia isso. Eu lembro que lá na cooperativa em Santa Maria do Herval, a gente chegava lá trabalhavam com lixo, recolhiam, separavam, o aprendizado mesmo não se via. (Participante 02).

Ainda neste sentido ele complementa ressaltando a positividade da mudança ocorrida:

então eu vejo que essa mudança veio para melhor, eu vejo muita cooperativa fazendo coisas muito legais por aí justamente porque está abrindo esse leque. Claro que a gente sabe que tem muita gente também, que é um pouco resistente, tem professor orientador, do tempo antigo que resiste um pouco, mas eu acredito que aos pouquinhos as coisas vão mudando, até porque depois eles tendo essa experiência, essas vivências, se eles quiserem fazer uma coisa mais adulta, entre aspas, os alunos, se quiserem abrir uma cooperativa, eles têm todas as condições. Não vejo nenhum tipo de perda, na verdade eu vejo bastante ganho com essa mudança. (Participante 02)

O Participante 02 ressalta não ver nada negativo oriundo da mudança implantada no programa, é justamente o contrário, ele retrata que várias cooperativas escolares passaram a desenvolver atividades muito mais interessantes, já que passaram a buscar o aprendizado acima de tudo. Ele retrata também a existência de resistência, sobretudo de alguns professores mais antigos, com a mudança, já que estes já estavam habituados ao sistema de organização antigo. Segundo o entrevistado agora o Cooperativas Escolares está mais aberto aos aprendizados, deixando de lado aquela forma mais rígida e formal, fomentando o desenvolvimento da criatividade de seus alunos participantes.

4.4. IMPLEMENTAÇÃO

Como já colocado anteriormente, o programa funciona, não só por vontade da Sicredi, mas existem contrapartidas no processo. O programa, resumidamente, como o próprio Sicredi descreve, trata-se de uma parceria entre a cooperativa, seus parceiros, a escola, o professor orientador e os alunos associados à cooperativa escolar.

O passo a passo da implantação, como representado pela Figura 12 do programa em escolas, pode acontecer de diferentes formas, porém a forma mais comum parte por iniciativa da cooperativa de crédito. Inicialmente busca-se compreender a realidade do município em que se

⁸ Professor que foi o primeiro orientador de uma das cooperativas escolares do programa, e que posteriormente fundou uma Cooperativa para assessorar essas cooperativas escolares.

busca implantar uma cooperativa escolar. Logo após, estrutura-se um diálogo com a secretária de educação municipal, para somente então por meio da aprovação desta, dirigir-se a escola, que em grande parte é apontada pela secretaria. A partir daí que se inicia um diálogo com a escola e com o professor orientador, que passa por formações e capacitações, para que torne-se apto a desenvolver e apoiar as atividades incorporadas no cotidiano das cooperativas escolares. É neste contexto também que busca-se obter alunos interessados no assunto, e estes por sua vez também passam por formações, que englobam conhecimentos sobre o cooperativismo, dos mais basilares, como por exemplo o surgimento, a história e os princípios do cooperativismo, até os de maior complexidade, como desenvolver um estatuto, aprender a escrever atas, realizar um balanço e até formações de aprendizagem financeira, tudo isso afim de desenvolver as habilidades destes, de forma que se consiga contribuir positivamente para a fundação dessas cooperativas escolares.

Figura 12 – Fluxo de implementação do programa

FLUXO DE IMPLEMENTAÇÃO:



Fonte: Elaborado pela autora.

O participante 01, corrobora com os aspectos acima expostos:

É uma soma de esforços, não adianta só a cooperativa querer, não adianta um grupo de alunos querer, e na escola não ter um professor

responsável [...], não adianta um professor querer, o grupo de alunos querer, a cooperativa querer, e [...] não ter um assessor pedagógico engajado[...]. Então assim, por incrível que pareça a implementação de uma cooperativa escolar é algo bem complexo, e que depende do engajamento e comprometimento de uma série de atores, de uma série de pessoas envolvidas com esse processo. (Participante 01).

A partir da análise da fala do Participante 01, pode-se perceber que o interesse e a solicitação de implementação podem ser feitos de maneiras distintas, porém o interesse e o esforço tem que ser coletivo, pois se uma das partes não tiver interesse, a implantação não acontece. Ou seja, a implementação do programa não pode e nem é forçada, como retrata o Participante 02 *“então é bem livre, não existe uma obrigação, é bem que nem aquela primeira regrinha do cooperativismo, adesão livre e voluntária.”*

4.5. O COTIDIANO DE UMA COOPERATIVA ESCOLAR

Outro importante fator a ser esclarecido, para que se busque uma maior compreensão do que é o programa e o que esses jovens e crianças fazem no cotidiano de suas cooperativas escolares. É indispensável salientar que as incumbências das cooperativas escolares são realizadas nos turnos contrários das aulas, dependendo, portanto, da organização coletiva de cada coletivo de alunos e desta forma também não comprometendo os conteúdos habituais das escolas.

Os entrevistados ao serem questionados a respeito das atividades realizadas em suas respectivas cooperativas, trouxeram experiências distintas e diversas. Isto porque os objetos de aprendizagem variam de cooperativa para cooperativa, muitas vezes conversando com as realidades que cada grupo possui. O Participante 08, descreve sucintamente, como ocorriam os encontros quinzenais que realizava com sua cooperativa, quando ainda era associado *“(...) iniciava-se com a saudação, e depois discutia-se os assuntos gerais e no final, as vezes, eram feitas algumas produções e algumas vezes era feito jantas também, depois das reuniões.”*. Já na cooperativa do participante 07, as coisas eram um pouco diferentes, como relatado por ele:

(...) a gente trabalhava com bolachas, então sempre tinha comida, eu sempre participava da produção, a gente fazia reuniões a cada dois meses, mês sim, mês não. A gente programava a nossa produção então tinha que fazer um cronograma, fundo de caixa, entradas e saídas. (Participante 07).

Já a participante 06, assume que sua cooperativa, está passando por alguns problemas, problemas esses relacionados a participação de seus cooperados, que marca presença não só na realidade das cooperativas escolares, mas também no cooperativismo de forma geral, nem sempre todos os envolvidos atuam e se dedicam de igual forma. Contudo, a participante relata

algumas vantagens e direitos que os associados da cooperativa escolar em questão possuem, *“estamos com algumas dificuldades, mas enfim. Eles têm alguns benefícios, que são cópias extras na escola, café, que tem a máquina aqui, e coisas assim. Aí eles participam de assembleias, possuem poder de votos.”*. As Participantes 04 e 05 ao serem questionadas a respeito de suas atividades e organizações no cotidiano de suas respectivas cooperativas, citaram a autonomia como característica indispensável existente no desenvolver das atividades. A Participante 05 coloca que *“a gente que faz a cooperativa, se reúne nas segundas de tarde, a gente tem um projeto dos alunos ter essa autonomia de fazer o que quiser, os professores tão lá pra auxiliar.”*. Corroborando com isso a Participante 04 comenta sobre a importância deles de *“tomar o primeiro passo, com ideias, com projetos, não é uma aula, não é a gente sentar cabecinha atrás de cabecinha pra ouvir explicação. É a gente ter o primeiro passo.”*. O exposto pela Participante 04, vai de encontro com o que coloca Freire (2014) de se buscar uma educação, que saia dos tradicionais modelos educacionais, com aulas expositivas, e transformem-se em aulas de lógica construtivas, onde a criatividade dos alunos tenha espaço para fluir.

Cada cooperativa escolar possui sua particularidade, pois o objeto de aprendizado é geralmente escolhido pelos associados, baseado nas realidades de cada escola. Como exemplo podemos citar alguns casos, em determinada escola os alunos não tinham acesso a impressões e xerox, por estar localizada numa cidade pequena, então a cooperativa escolar passou a ofertar este serviço. Já outra, por não possuir nenhuma representação estudantil, como Grêmios Estudantis, passou a desempenhar este papel e assim por diante. Muito das organizações e ações a serem desenvolvidas pelas cooperativas são diferentes, exatamente por serem diversas, porém algumas coisas, muitas vezes se repetem, como por exemplo a autonomia citada por duas Participantes. Além disto, a Participante 09, que participou de duas distintas cooperativas, também cita a importância do “se fazer presente”, de participar, de ser ativo dentro da diretoria de uma cooperativa escolar, de acordo com ela, essa é a principal atribuição do associado dentro de uma cooperativa.

4.6. REFLEXOS ACOMETIDOS DEVIDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA COOPERATIVAS ESCOLARES

Certamente ao nos referirmos à implementação de um programa desta magnitude, estamos falando de reflexos que acometem indivíduos distintos e também as instituições envolvidas neste. Desta forma discorreremos a seguir a respeito dos reflexos do programa para a

Cooperativa Implementadora (a Sicredi Pioneira), para as Instituições de Ensino participantes, para os alunos associados e ainda para a sociedade do entorno.

4.6.1. Para a Cooperativa Implementadora

Como anteriormente exposto, a principal finalidade da Educação Cooperativa, de acordo com Schneider (2003) é a transmissão das ideias, valores e princípios do cooperativismo. Tendo isto em vista, grande parte do que as cooperativas escolares trazem de resultado, conversam justamente com o entendimento e execução dos Princípios do Cooperativismo. O Participante 01, relata exatamente isso, ao declarar que *“os benefícios da implementação do programa Cooperativas Escolares, compactuando com os princípios”*.

O Participante 01 ao ser questionado quanto aos efeitos da implementação do programa que acometem a Sicredi Pioneira, como implementadora das Cooperativas Escolares, expõem divergentes pontos. Inicialmente, expõem o propósito que existe por trás da existência da própria cooperativa e também do Programa Cooperativas Escolares:

hoje nós temos dentro de uma cooperativa e, todas as cooperativas deveriam ter isso, com muita clareza, de que nem uma cooperativa nasce de graça, toda a cooperativa nasce por um propósito e toda a liderança precisa saber qual é o propósito da cooperativa. Nenhuma cooperativa nasce para ter mais participação no mercado para enriquecer meia dúzia de pessoas, embora alguns acham que é assim ou agem dessa forma. Uma cooperativa ela nasce para gerar desenvolvimento social e econômico de forma equilibrada aos cooperados, não nasce para ser rica, mas ela nasce para gerar prosperidade aos membros. Então não existe cooperativa rica numa sociedade pobre se a cooperativa gera prosperidade aos seus membros as suas pessoas, por consequência vai ser uma cooperativa próspera e nós temos muito claro que a Sicredi pioneira ela nasce para construir comunidades melhores, em resumo prosperidade é isso, é o lugar que eu moro ter uma Pracinha, ter um posto de saúde, que tenha segurança tudo tem a ver com comunidades melhores. (Participante 01)

Ainda neste sentido o presidente da Sicredi Pioneira segue refletindo a respeito, e complementa da seguinte forma:

(...) cooperativas constroem um mundo melhor, eu acredito muito nisso, só que para mim o papel de cada cooperativa é construir a sua realidade a sua comunidade melhor. Se todas as cooperativas fizerem isso ao redor do mundo o mundo vai ser melhor e o nosso entendimento é de que não existem comunidades melhores sem pessoas melhores e isso passa por educação. (Participante 01).

Neste sentido, essas questões apresentadas, é o que se busca na implementação do programa, e ainda, o Participante 01 expõem outros dois efeitos oriundos da aplicabilidade das

cooperativas escolares. O primeiro trata da importância da existência de cooperativistas que contribuam com a organização coletiva por meio da habilidade de obterem uma visão sistêmica. Exatamente indo ao contrário da lógica individualista existente em nossas sociedades atuais, como já exposto anteriormente no referencial teórico do presente trabalho e também pontuado pelo participante no seguinte trecho:

(...) a cooperativa escolar entrega algo que falta para os adultos hoje que às vezes é visão sistêmica. Porque eu sou da recepção, eu sou telefonista, eu sou da área de custo, eu sou da área de negócio, eu sou da engenharia, e cada um é da sua área e cuida só da sua etapa e isso está errado não existe só a sua área, numa cooperativa escolar vocês conseguem ter muito jovens a compreensão de que não adianta a área de produção funcionar bem se a área comercial não funcionar, não adianta a área de educação ou financeira funcionar bem se a de produção estragar um produto e não funcionar. (Participante 01).

Já o segundo, é referente a cooperativa Sicredi Pioneira, como implementadora do programa, como seu presidente retrata trata-se da proximidade com o jovem. Ato importantíssimo para a longevidade da cooperativa, como relata:

(...) outra entrega que para nós é muito importante que tem a ver com a perenidade da cooperativa, a proximidade do público jovem. Então o fato de ter as cooperativas escolares dentro de uma cooperativa que tem 120 anos de idade, que muitas vezes as pessoas fazem a correlação de forma inconsciente e incorreta, mas inconsciente de que é uma cooperativa muito antiga, por isso é uma cooperativa velha, ultrapassada. E não tem nada a ver, na verdade é uma cooperativa muito antiga com 120 anos, que está sempre contando a sua história, mas porque a gente tem orgulho da nossa história, mas só tem 120 anos porque ao longo do tempo soube se atualizar e se renovar e fazer a leitura do cenário e estar próximo de um público jovem é importante para isso, não só para ir renovando o quadro social da cooperativa, mas para ir renovando o comportamento da organização enquanto cooperativa. Então essa proximidade com os jovens faz também com que a cooperativa consiga ser genuinamente inovadora. (Participante 01)

A presença do público jovem é extremamente importante no cotidiano das cooperativas, além de contribuir com a perenidade e longevidade das organizações, essa presença também imprime criatividade e renovação para as organizações cooperativas. Outro fator importante para o movimento cooperativo assim como para os empreendimentos solidários de forma geral, é a inovação social. Pois com esta inovação é responsável por desenvolver e aplicar novas metodologias que visam superar questões sociais e econômicas, enfrentadas por indivíduos e comunidades.

4.6.2. Para as Instituições de Ensino Participantes

No âmbito educacional quando vislumbramos os resultados que a implementação do programa causa, temos algumas situações possíveis. Quando paramos para analisar nossas escolas, ainda nos deparamos com cenários muito tradicionais e pouco flexíveis, o ensino só é ofertado de uma X maneira e todos precisam adequar-se a ela, porém não somos iguais, não possuímos as mesmas vivências e principalmente, não temos as mesmas condições. O que acaba por muitas vezes vulnerabilizando ainda mais aqueles e aquelas que já são pessoas em vulnerabilidade socio-econômica, e acabam por não adequarem-se aos métodos de ensino tradicionais ou formais como geralmente os chamamos e quando entram na grande acabam evadindo. Freire (2014), como colocado no referencial teórico deste trabalho, defende uma mudança nos hábitos educacionais hoje impostos, mudanças essas que poderiam contribuir para as atitudes humanas, com processos educacionais mais democráticos, é possível substituir atos de passividade em hábitos mais participativos. E a partir da participação cria-se visão e compreensão da realidade enfrentada, gerando assim ações transformadoras e indivíduos mais pré-dispostos a serem mais participativos e críticos. Neste sentido o professor orientador, expõem que nas cooperativas escolares trabalha-se de outra forma, fomentado assim a autonomia dos jovens e crianças participantes, o que contribui com o desenvolver pedagógico, não só da instituição de ensino, que se torna mais acessível, mas também do próprio aluno.

Eu acho que a escola tem que mudar bastante ainda, as escolas muito tradicionais, que é conteúdo, conteúdo, conteúdo, nem todo mundo se encaixa nesse tipo de coisa. Então acaba ficando meio que de lado, e a pessoa começa a se cobrar também, não consegue tirar nota boa porque não consegue aprender, porque na verdade não consegue se encaixar naquele perfil de aprendizado. Aí aqui na cooperativa, como é uma coisa diferente, a gente consegue trabalhar com autonomia deles. A gente deixa eles mais livres, e começa a trabalhar esse tipo de coisa, esse potencial que cada um tem, os seus talentos, e isso que é legal, quando a gente dá abertura para que eles possam acreditar em si e tu vê eles crescendo, sabe como pessoa, isso é muito legal. (Participante 02)

Outro aspecto em que as cooperativas escolares podem contribuir se estimuladas para isso, é no cotidiano da escola, assumindo funções de organização de evento, passando assim a contribuir não só com os associados, mas também com os demais alunos e colegas. Há registros de diferentes cooperativas escolares que admitem essa função e fazem do dia a dia escolar muito mais dinâmico, contribuindo com a formação acadêmica de muitos jovens e crianças. Neste contexto o Participante 02 contribui trazendo um relato de sua própria experiência com uma cooperativa do município de Santa Maria do Herval – RS:

(..) a gente foi se envolvendo com outras coisas da escola, se envolvendo por exemplo com a Páscoa, à vamos fazer umas oficinas na Páscoa para as crianças

pequenas de manhã? Vamos! O que que vocês acham vamos lá cada um pensa numa oficina e a gente leva a proposta para a diretora? E a gente fez e aí a diretora gostou. Eu lembro que na primeira vez, ficaram meio assim, mas aí que que acontecia a cooperativa ia lá, tinha contação de história, tinha pintura de rosto, tinha confecção de orelhinha. Primeira coisa a gente fez foi a Páscoa, sabe essas várias oficinas. Então lá por exemplo, depois disso só foi aumentando, Páscoa, Dia das Crianças, Natal, Dia dos Pais. Lá a gente faz homenagem para os pais. A diretora sempre chama a cooperativa para ajudar em alguma coisa, para pensar em alguma coisa. (Participante 02)

Corroborando com essa ideia da cooperativa escolar é possível constatar que podem ser realizadas atividades que estão diretamente relacionadas ao cotidiano escolar. Ao se fomentar que esses alunos busquem por autonomia, acaba-se abrindo caminho para que os alunos, como exposto pela Participante 03 “(..) acabem buscando as coisas, querendo, dando ideias para fazer coisas diferente.”. E essa vontade de mudar as coisas cria um ambiente mais diverso, mais criativo, cria espaço para o novo, abre espaço para todos. Essas práticas educativas transpostas pelos professores aos alunos, incentiva o surgimento da responsabilidade social em cada um deles, contribuindo assim com o surgimento de uma formação de educação transformadora, emancipatória e crítica. Ratificando a ideia de Freire (2014) de que educador e educando são indivíduos livres e críticos, que aprendem conjuntamente no trabalho desempenhado a construir uma consciência da situação que vivem. Ideia esta discorrida no tópico 2.4.2 do referencial teórico do presente trabalho.

Os fatores colocados acabam por modificar o cotidiano escolar, contribuído com a escola. Desta forma, contribuído com essa rotina como expressa o Participante 02 “(..) a rotina da escola ganha muito com a cooperativa.”.

4.6.3. Para os alunos participantes

Ao analisarmos os efeitos expressos pelo programa em relação aos alunos que participam de tal, observamos uma infinidade de resultados, cujos quais compreendem distintas frentes. Os reflexos desses efeitos são tidos em fatores como por exemplo, na melhora nos relacionamentos interpessoais, na consciência de coletividade, nas competências argumentativas, na responsabilidade, na formação de um espírito de liderança, nas habilidades ligadas à educação financeira, na oratória, na postura ante as pessoas, na escrita e na confiança em si mesmo.

O Participante 01 ao ser questionado a respeito dos efeitos presenciados nos indivíduos beneficiados pelo programa, coloca que as pessoas que participam do programa são diferentes, não no sentido de melhor ou pior, apenas distintas. Percebe-se que quem passa pela experiência

de uma cooperativa escolar desenvolve-se mais como pessoa, como cidadão, como profissional. Ainda neste sentido ele complementa trazendo que:

é nítido a evolução de uma série de competências dos jovens após terem participado de uma cooperativa escolar, em todos os sentidos, naturalidade e capacidade de articular as palavras, de se pronunciar em público, de saber quando tem que falar e quando não tem que falar, de saber levantar a mão e dizer: é eu não concordo com isso porque eu acredito nisso, e a outra pessoa que ouve diz: OK! E o que o grupo acha? Vamos votar, vamos mudar. Que é um tipo de comportamento que não se enxerga mais na sociedade, especialmente no meu ver, motivado pelas redes sociais. Daí a gente tem uma série de questões políticas, ideológicas, de gênero, de raça, de classe social, de religião, que geram brigas e essa dicotomia, essa coisa do antagônico, de tudo tem que ser do meu jeito, nas cooperativas escolares a gente percebe que é um ambiente bem contraditório é bem o oposto disso onde ela gosta do debate, ela motiva o debate, ela proporciona o debate e ela chega num ponto de convergência, mesmo com pensamentos contraditórios. (Participante 01)

O aluno que dedica-se as atividades oriundas do Cooperativas Escolares acaba desenvolvendo aptidões como as dispostas pelo Participante 01, o que contribui e muito com a formação, não só profissional ou academicamente falando, mas sobretudo contribui na formação de cidadãos política e socialmente responsáveis em seus territórios.

Um ponto já destacado pelo Participante 01, mas que surge repetidas vezes ao longo das respostas obtidas durante as entrevistas, a respeito dos efeitos percebidos por cada participante, quando consideramos a participação dos sujeitos no programa Cooperativas Escolares, é a aptidão de falar e se portar frente ao público. Neste sentido, a Participante 04, conta sobre a sua experiência “(...) na cooperativa como eu era vice-presidente, uma coisa que me ajudou muito, foi falar em público, porque eu tinha bastante dificuldade. Melhorou.”. Corroborando com isso o Participante 07 também relata a sua experiência e cita a importância do saber se expressar:

(...) no 6º ano quando eu entrei na cooperativa, eu era o legítimo bicho do mato, e eu nasci e me criei no interior, a escolinha era escolinha de interior. E a maior riqueza para nós daquela cooperativa era receber as pessoas de fora, porque ali, a Linha Imperial é o berço do cooperativismo, e a gente recebia então várias visitas de pessoas de fora. E as pessoas olhavam, e nós bem simples. Começamos bem ruinzinhos, a primeira apresentação, se pudesse assim apagar, era melhor, eu lembro que tinha um livro que eu precisava segurar, aquele livro tremia que eu não conseguia nem ler, aí faltava saliva para engolir, eu não conseguia engolir, essa parte do nervosismo, falar em público, para mim é a maior riqueza hoje. Tu saber se expressar e conversar com as pessoas. (Participante 07).

A capacidade de trabalhar em grupo é outra característica aflorada nas crianças e jovens associadas as cooperativas escolares. Estamos em uma sociedade criada cada vez mais para que sempre haja a individualidade e competição, e romper com este histórico, não é fácil, porém é necessário. Fomentando processos de ações e trabalho cooperativo e coletivo, sem que haja competição ou mandantes, na infância ou adolescência contribui para a formação de seres

humanos mais respeitosos e que saibam aceitar a opinião do próximo. O Participante 07 expõem essa questão da seguinte forma:

(...) trabalhar com pessoas é desafiador, agora quando tu vem desmitificando que trabalhar com pessoas é difícil e chato desde pequeno, acaba se tornando algo mais simples. É um tanto quanto complexo, mas tu vai aprendendo a driblar as adversidades. (Participante 07)

Indo de encontro com o relatado pelo Participante 07, as Participantes 04, 05 e 06 também colocam que vislumbram esse efeito sobre elas. A Participante 04 conta a diferença que esse ensinamento teve em relação à sua forma de trabalhar em equipe “*eu era uma menina com dificuldade em fazer trabalho em grupo, tinha que ser do meu jeito, da minha maneira. Agora eu sou uma mente mais aberta, que a gente precisa sentar e trocar ideias, dar uma relevada, ver que a gente é um grupo*”. Ou seja, não somente saber trabalhar em grupo, mas também ter consciência da importância do coletivo. Não só trabalhar, como também escutar e compreender aos demais envolvidos e sobretudo em quaisquer tomadas de decisões refletir sobre o melhor para a maioria, colocando o grupo acima do indivíduo. Indo de encontro com isso a Participante 09, com sua experiência em duas distintas cooperativas e ainda na FECOOPES, coloca que:

com certeza, a gente passa a olhar muito mais pras outras pessoas, a ter mais empatia, a se fazer mais presente na sociedade, a colocar sua opinião, a sua vontade, mas também conseguir olhar qual seria a melhor opção em questão de decisões para um total, para o conjunto, no que seria bom para todos em sociedade, não só no que seria bom pra si. (Participante 09).

Esses processos que envolvem a diversidade, o respeito, e a coletividade geram sem dúvida mais empatia e compreensão, o que facilita a convivência, e melhora os relacionamentos interpessoais que são vividos a partir daí por estes sujeitos.

Para além dos efeitos já dispostos, outro fator mencionado durante a realização das entrevistas e que já foi transposto em algum momento anterior, destaca-se a consolidação de lideranças. O programa Cooperativas Escolares desperta em alguns casos, o espírito de liderança, a Participante 03, com a visão de vice-diretora expõem que:

(...) a gente percebe muito que os alunos que se envolvem com a cooperativa também são aqueles que acabam se envolvendo em outros processos, como o Grêmio estudantil. Então é um processo que faz com que eles também queiram fazer outras coisas, se envolver com outras coisas. Eles querem criar, gostam de fazer, sabe. Ah, vamos fazer um evento? Vamos fazer alguma coisa? eles acabam puxando também nesse sentido, porque eles conhecem esses processos eles aprendem. Aquela coisa de trabalhar junto, de vamos fazer alguma coisa todo mundo junto, cada um é responsável por isso. (Participante 03)

Vale destacar, que a liderança oriunda do processo de educação cooperativa, e das cooperativas escolares, é uma liderança democrática, com responsabilidade, empatia e respeito, que busca a igualdade e condições boas para todos.

A adolescência e a infância são fases em que experimentamos e descobrimos muitas

coisas, onde nossa curiosidade está bem aguçada, porém bem sabemos que no atual cenário educacional, tudo é muito padronizado, podendo por muitas vezes o potencial criativo e imaginativo das crianças. É neste período também que começa-se a jornada do autoconhecimento, e descobre-se quem é, porém num cenário sem grandes opções e muito tradicional muitas vezes sentimo-nos perdidos e desamparados, sem espaço para expormos o que somos e o que sentimos. E no programa em questão tem se espaço para explorar esse quesito, abrindo oportunidades para os alunos associados buscarem o autoconhecimento. Possibilitando que estes alunos possam também acreditar em seus potenciais, o Participante 02 reflete sobre esse efeito do programa na dimensão pessoal dos participantes *“aqui a gente tem a possibilidade, no projeto, de ajudar esses adolescentes em algo importante assim, acreditar em si, acho que isso é uma coisa bem importante.”*. Dando continuidade, como professor orientador, ele ainda acrescenta *“eu acho que eles saem daqui muito acreditando em si, eu acho que isso é muito importante. A gente ainda precisa aprender a se aceitar como a gente é. É uma coisa que eu sempre falo com eles aqui.”*.

Existem ainda mais dois aprendizados descritos pelos entrevistados durante a realização da pesquisa. Conhecimentos estes que podem ser considerados pouco mais palpáveis que as habilidades anteriormente percorridas, porém nem por isso menos importantes. O primeiro deles trata-se dos conhecimentos técnicos e práticos postos em prática ao se redigir uma ata, ou outro documento, já que estes demandam certa aptidão, sobretudo para com a língua portuguesa. Numa sociedade onde cada vez mais se vê pessoas que não dominam corretamente a sua língua, é cada vez mais importante o fomento às práticas de escrita e leitura. As Participantes 04 e 06 colocam que antes não possuíam o hábito de escrever de maneira tão “certinha” (Participante 06) e “mais formal” (Participante 04) e que se habituaram a isto por conta das atividades de secretariado desenvolvidas em suas respectivas cooperativas escolares.

Ainda com relação aos aprendizados pessoais dos alunos envolvidos no Cooperativas Escolares, pode destacar-se as noções de organização financeira dispostas nas oficinas ofertadas, as quais estes participam. Neste sentido como relata um participante a respeito de depoimentos que tem recebido:

(...) depoimentos especialmente de pais, transformações inclusive na história de vida da família, de muitas vezes famílias que não tiveram acesso à educação, a conhecimento, a formação e que hoje tem dificuldades financeiras. Por exemplo em função das aulas de educação financeira os filhos vão puxar conversa sobre isso com os pais e muitas vezes acabam levando o conhecimento para dentro de casa com os pais por causa disso. E situações mais profundas ainda que eu já tive acesso, de pais que tinham empresas, porque são empreendedores, porque são micro empreendedores, eles estão na informalidade, porque perderam o emprego e precisam trabalhar com costura, precisam trabalhar com

alguma coisa, então eles são empreendedores individuais, mas eles nunca tiveram formação de gestão de calcular preço de venda, de gestão de redes sociais, e como os filhos vivenciam isso dentro das cooperativas escolares eles acabam levando essa visão para os pais e muitas vezes ensinando um pouquinho de gestão e melhorando também a qualidade de vida e a realidade financeira das famílias, pelo que aprenderam dentro das cooperativas escolares.(Participante 01)

Ou seja, além de educarem os alunos, financeiramente falando, o programa acabou por, indiretamente, fornecer essa educação financeira também às famílias. Contribuindo dessa forma inclusive com a renda familiar destes.

Evidentemente após os relatos aqui expressos nota-se que os divergentes efeitos empregados a partir da implementação do programa, constroem ou pelo menos possibilitam a base para a construção de inúmeras habilidades técnicas e humanas dos sujeitos envolvidos.

4.6.4. Para a sociedade do entorno

Outro fator que podemos visualizar com a aplicação do programa Cooperativas Escolares, são os efeitos resultantes para as localidades, municípios, para as sociedades do entorno. O programa promove o desenvolvimento dos jovens, como já descrito no tópico anterior, de variadas maneiras, contribuindo não só na formação pessoal de cada indivíduo, mas corroborando para a desenvoltura deles enquanto participantes e contribuintes de algo maior, a vida em comunidade. A partir desse pressuposto, surgem divergentes contribuições das cooperativas escolares para com as sociedades, sobretudo as mais próximas, que devido a proximidade acabam sendo mais beneficiadas, porém obviamente, em alguns casos esses efeitos acabam por respingar em outros contextos.

Os entrevistados ao serem questionados a respeito de seus vislumbres quanto ao tema, discorrem a respeito de algumas contribuições. A primeira delas, disposta pela Participante 06 retrata a consolidação da maturidade e do respeito dos participantes “*o aluno que participa de uma cooperativa escolar, ele aprende a ter mais maturidade, mas respeito com os outros. Então isso de certa forma contribui com o meio em que ele convive.*”. Isso porque a partir do desenvolvimento destas duas habilidades, cria-se um indivíduo capaz de ver a sociedade de maneira mais crítica na qual vive e por meio da responsabilidade buscar comprometer-se com o desenvolvimento do seu local. Criar uma visão mais crítica de sua realidade e contribuir com os processos de melhora nesses espaços, porém tudo isso pensando no coletivo.

E exatamente dessa preocupação com a situação existente em seus locais, em suas comunidades que a partir do senso de responsabilidade e da vontade de modificar essas

realidades, que surge também o senso de liderança. O Participante 01 expõem o desenvolvimento desta capacidade:

(...) a questão do desenvolvimento de lideranças. Hoje a gente paga um preço muito caro de pessoas que por exemplo, viram liderança de entidades que começam a ficar cada vez mais enfraquecidas. E a nossa grande força enquanto sociedade são as entidades, o sindicato rural, o CTG⁹, a igreja, o CPM¹⁰ da escola, os bombeiros voluntários, os corais, de tudo o que existe de sociedade precisa da dedicação e do voluntariado das pessoas só que as pessoas estão cada vez mais a individualistas.” (Participante 01)

Porém essas lideranças, ao contrário do que estamos habituados a visualizar em nossa sociedade, não são voltadas para o interesse próprio e sim ao bem-estar e benefício de todos, indo no caminho contrário das ideias liberais individualistas. Vivemos em uma sociedade individualizada, e competitiva, como exposto por Singer (2001) no referencial teórico do presente trabalho, e é justamente neste sentido, buscando o desenvolvimento do sentimento contrário à competição que o programa fomenta que os jovens e crianças a pensem de forma mais cooperativa, coletiva, justa e igualitária. Corroborando com isso, o Participante 01 segue discursando a esse respeito:

(...) cada vez mais, sinto que às vezes uma opinião um pouquinho diferente da minha, já faz com que OK, então eu não participo mais aqui do grupo, e com isso quem perde é o grupo. Eu acho que quando as pessoas passam por uma cooperativa escolar essa intolerância ela fica cada vez menor e daí quando tu vai participar de um CTG ou de uma associação comercial, do sindicato rural tu vai ter esse olhar de que OK opinião pode ser um pouquinho diferente da minha, mas o que importa é a entidade ela é maior. Entidade maior que a minha opinião então as cooperativas escolares resgatam esse senso de comunidade perdido pela atual geração (..) (Participante 01)

A partir desses desenvolvimentos anteriormente expostos, percebemos o fortalecimento das entidades sociais estabelecidas nesses territórios, já que essas entidades contribuem com a consolidação das sociedades em que se encontram. O Participante ainda, acrescenta, que em consequência disso:

A gente percebe o fortalecimento das entidades da nossa região isso é algo que tem muito valor porque não é possível construir comunidades melhores se as associações comerciais, os CTG's, as APAE's¹¹, os sindicatos, os corais não funcionarem, esses grupos associativistas são importantes e quem passa por uma cooperativa escolar e vai participar desses grupos depois, acaba também contribuindo com uma visão mais coletiva. (Participante 01)

Além das capacidades acima dispostas, outros atributos percebidos nos indivíduos que

⁹ CTG: Centro de Tradições Gaúchas, é uma organização da sociedade civil, que visa divulgar as tradições e cultura gaúchas.

¹⁰ CPM: Conselho de Pais e Mestres.

¹¹ APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, presa pelos direitos dos portadores de deficiências intelectuais e múltiplas.

passaram pela experiência de fazer parte de uma cooperativa escolar, foi a perspectiva de consolidação de melhores profissionais, parentes e pessoas. Ou seja, um dos efeitos percebidos pelos entrevistados, a partir de suas vivências com o programa, é a construção de profissionais mais eficientes e com habilidades técnicas e conceituais desenvolvidas para atuarem: em diferentes áreas, sendo estas cooperativas ou não. Sendo que estes irão para o mercado de trabalho mais preparados, com o senso de colaboração, com visão sistêmica, com respeito e com tolerância, como discorre o Participante 01:

eles no mínimo vão ir para o mercado de trabalho com senso colaborativo mais forte com visão sistêmica mais forte com respeito e tolerância mais forte, eles no mínimo vão virar um melhor pai, uma melhor mãe, um melhor empresário ou um melhor empregado, ou quem sabe um vereador. E daí se alguém que passou por dentro de uma cooperativa escolar, virar vereador vai ser um baita vereador, é o vereador que a gente sonha na nossa cidade que vai estar olhando para a comunidade e não por seus interesses pessoais, e vai que um dia vire prefeito, vai que um dia vira presidente de cooperativa, vai que um dia vira governador, essas pessoas que a gente quer cuidando da nossa sociedade no futuro. (Participante 01)

Como disposto pelo Participante 01, outro fator desenvolvido no programa é a melhor relação com as pessoas de forma geral, mas também no cotidiano familiar, caracterizado muitas vezes por um ambiente de frequente conflito. É de suma importância que os adultos sejam capazes de gerir/administrar suas relações para com os demais. O Participante 02 coloca que:

além da questão profissional tem a questão familiar, eu também considero um baita de um aprendizado e de um ganho, porque um pai ou uma mãe de família, que sabe gerenciar uma casa, que sabe gerenciar um lar, sabe trabalhar com o filho, com a filha, com o cachorro, com o periquito, papagaio, também é um baita de um ganho. (Participante 02)

Ainda neste sentido, nota-se também uma evolução como ser humano, como pessoa, já que como expõem a Participante 05 os alunos participantes passam a ter mais “*autonomia pra ajudar, pra nunca deixar os outros na mão e sempre ter alguém do lado pra poder auxiliar.*”. Isso porque existe um olhar de interesse e responsabilidade pela melhoria do lugar onde este jovem, ou esta criança se vê inserido, existe uma vontade, um desejo de mudar a realidade. Contribuindo com isso a Participante 09 expõem que esse indivíduo “*(..) se torna muito melhor do que ele seria sem a cooperativa escolar, acredito eu, ele passa a ter mais interesse pela sociedade e passa a ser um ser humano mais justo.*”.

Afim de contribuir com o anteriormente descrito, com um exemplo real dos efeitos que o fomento de ações e práticas de educação cooperativa que uma sociedade pode desenvolver, o Participante 07 relata a experiência oriunda de sua participação no programa:

A cooperativa escolar, quando ela é bem instruída, bem colocada no seu propósito, ela faz a diferença em toda a comunidade. A gente viu pela

própria Linha Imperial, antes da cooperativa escolar, eram alunos do interior, cada um por si, tinha lá seus contatos, mas era pouca coisa. Agora com a cooperativa escolar, a gente formou uma corrente, uma ligação, que não tem preço. Então, são jovens que já saem muito melhor preparados para o mercado de trabalho e é ali que a gente ganha muitos pontinhos. (Participante 07)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscou-se analisar os efeitos de implementação de práticas e/ou ações de fomento à educação cooperativa através do programa Cooperativas Escolares. Programa este, aplicado pela Cooperativa de Crédito Sicredi, em parceria com alguns articuladores, já dispostos em outro momento.

Como já colocado anteriormente Mészáros (2008) expõem que a educação formal que temos hoje imposta em nossa sociedade é imparcial, defende somente o sistema do capital, a educação se tornou muito institucionalizada, se afastando cada vez mais do social, das organizações populares. Se tornando padrão, sem levar em conta as particularidades de cada indivíduo e local em que esta localizada. A partir disto fica claro que a educação formal possui uma função para com o sistema do capital, a de alienar, fazendo com que todo o sujeito que passe por seus processos se contente com as condições ofertadas pelo sistema. Exatamente para quebrar com esses paradigmas que surgem os sistemas educacionais informais, oriundos exatamente dos processos corriqueiros de aprendizagem, tornando-se assim sistemas educacionais mais democráticos. Desta forma pode-se dizer que o programa analisado no presente trabalho é tido como uma prática de educação informal.

Paulo Freire (2014) também defende uma mudança nos métodos educacionais hoje existentes no cotidiano, uma educação transformadora. Educação essa capaz de transformar seus sujeitos, modificar as pessoas e contribuir para um mundo melhor, o que é possível de testemunhar nos resultados descritos e analisados nos tópicos anteriores. Ainda neste sentido, Freire (2014) traz que essa mudança nos métodos educacionais poderia mudar as atitudes das pessoas, isso com processos mais democráticos, contribuindo com a existência de hábitos mais participativos. No programa Cooperativas Escolares os métodos pedagógicos implantados contribuem exatamente com isso, já que os jovens e crianças que passam por essa experiência tornam-se, de acordo com os relatos dos entrevistados, mais participativos e preocupados com suas respectivas realidades e comunidades.

Para além disto outra questão já anteriormente exposta, também vinda de Freire (2014), é a importância de uma educação que defenda a emancipação de seus sujeitos, ou seja uma educação onde os envolvidos tenham suas próprias ideias e convicções, onde estes obtenham

consciência. Esse aspecto também é visto na execução do programa, cujo qual desenvolve em seus participantes essa característica, essa tomada de consciência de suas realidades.

Essa pedagogia defendida por Freire, também tem por competência a tomada de consciência crítica onde tanto educando quanto educador são livres e críticos, não há relação de autoridade. E é exatamente por meio destes processos que se passa a desconstruir o passado de alienação. A partir da implementação dessas características dispostas, seria possível vislumbrar uma educação que por meio de seus atores, pode transformar suas territorialidades, emancipar seus educandos e torná-los sujeitos e cidadãos críticos, assim como discorrido na análise das entrevistas realizadas. Criando assim uma educação transformadora, emancipatória e crítica.

Frantz (2001) defende que é por conta de métodos educativos e cooperativos que se busca estimular a responsabilidade social. Outro fator que também é fomentado pelas práticas pedagógicas do programa Cooperativas Escolares, exposto na análise de dados precedentemente realizada.

Já no âmbito de efeitos gerados em prol da organização cooperativa, outros fatores notados a partir dos dados coletados e também no referencial teórico, pode-se destacar a transformação de indivíduos comuns em cooperativistas. Já que por meio dos ensinamentos propostos pelas ações de fomento à Educação Cooperativa estão além da compreensão dos princípios do movimento Cooperativo. Mas de acordo com o exposto por Schneider (2003) é também esse processo o responsável por modificar comportamentos, transformando aquele associado que antes era desinformado, desestimulado, desinteressado, não participativo, individualista e competitivo em outro, agora bem-informado, solidário, motivado e participativo. O mesmo processo é também exposto pelos entrevistados, já que estes demonstram que a partir de suas trajetórias com o Cooperativas Escolares estes vislumbram os traços do maior interesse, maior participação, maior motivação e maior senso de solidariedade dos participantes.

Outra questão que também é importante ressaltar é a ideia empregada por Hedges e Schneider (2006) de que os processos de educação cooperativa são processos inesgotáveis e vitalícios, que demandam esforço e tempo para começar a exhibir resultados. Outro ponto também apresentado na análise realizada no tópico anterior, já que o programa em análise passou inclusive por mudanças recentes buscando uma maior efetividade no desenvolvimento de suas atividades.

Por fim, conclui-se que os efeitos de implementação do referido programa são benéficos para as diferentes parcelas envolvidas. Contribui trazendo características positivas para as trajetórias individuais de cada jovem e/ou criança participante. Contribui também com a cooperativa, já que é por meio destes processos de educação cooperativa que indivíduos comuns

tornam-se cooperativistas, mesmo que estes não buscam associarem-se às cooperativas. Os efeitos do programa ainda contribuem com a vida em comunidade, já que estes por sua vez atribuem a capacidade de conviver socialmente, com maior compreensão, respeito, empatia e responsabilidade social. Porém apesar disto ainda existe uma árdua caminhada para a disseminação dessas práticas para todos, já que ainda observa-se a limitação a somente parte da sociedade, pois os valores do individualismo e de empreendedorismo impostos na sociedade capitalista estão inseridos nos currículos das escolas. Desta forma entendemos que o cooperativismo também deveria ser parte do currículo escolar das nossas Instituições de Ensino, mesmo sabendo das dificuldades de como essa temática seria disponibilizada sem um direcionamento efetivo para a transformação social. Se isso acontecesse, possibilitaria uma distribuição mais homogênea e democrática do conhecimento desses processos mais coletivos e solidários. Buscando cada vez mais a democratização ao acesso ao conhecimento na área do Cooperativismo.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Berenice Gehlen. S/l, S.d. **Diário de Bordo Apoema**. S/l, S/d. Disponível em: < http://apoema.com.br/diario_de_bordo_Apoema.htm>. Acesso em 13/11/2023

ANUÁRIO COOP. **Cooperativas**. S/L: Sistema OCB, 2022. Disponível em:< <https://anuario.coop.br/brasil/cooperativas>>. Acesso em: 28/05/2023.

ANUÁRIO COOP. **Cenário Internacional**. S/l: Sistema OCB, 2022. Disponível em:< <https://anuario.coop.br/mundo/cenario/>>. Acesso em: 28/05/2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é Cooperativa de Crédito**. Gov.br. S/l, s/d. Disponível em:< <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>>. Acesso em: 01/12/2023.

BIESDORF, Rosane Kloh. **O papel da educação formal e informal: educação na escola e na sociedade**. Jataí: Itinerarius Reflectionis, 2011. Disponível em:< <https://revistas.ufg.br/rir/article/view/20432>>. Acesso em: 06/06/2023.

BRASIL. Decreto nº 796, de 02 de outubro de 1890. Concede autorização ao capitão-tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas e outros para organizarem uma sociedade anônima sob a denominação de Sociedade Cooperativa Militar do Brasil. Câmara dos Deputados, Palácio do Congresso Nacional: 57º Legislatura, Brasília, DF. 02 de outubro de 1890. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-796-2-outubro-1890-504016-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28/05/2023.

BRASIL. Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Casa Civil: Artigo 1º, Brasília, DF. 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 04/01/2023.

CALGARO, Rosane. **A empresificação das Cooperativas brasileiras: um estudo histórico em uma cooperativa de crédito**. Curitiba: Universidade Positivo, 2016. Disponível em:< <file:///C:/Users/reisd/Downloads/ROSANE%20CALGARO.pdf>>. Acesso em: 21/05/2023.

CASA COOPERATIVA. **A Casa Cooperativa Nova Petrópolis**. Nova Petrópolis, s/d. Disponível em:< <https://www.casacooperativa.com.br/pagina/casa-cooperativa>>. Acesso em: 01/12/2023.

CENZI, Nerii Luiz. **Cooperativismo: desde a origem ao projeto de lei da reforma do**

Sistema Cooperativo brasileiro. 1º ed. 2º reimpressão. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

CLARO, Jose Alberto Carvalho dos Santos, SCHNEIDER, Jose Odelso, SEVERO, Patricia Schneider, TINOCO, João Eduardo Prudêncio e YOSHITAKE, Mariano. **Educação Cooperativa na busca pela construção e vivência de atitudes e valores de cooperação e cidadania voltados ao desenvolvimento regional.** São Paulo: Revista de Administração da UNIMEP, 2014. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/2737/273730614007.pdf>>. Acesso em: 08/05/2023.

COSTA, Michele Silva, FERREIRA, Palloma Rosa, MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira e SOUZA, Diego Neves de. **“Temos que saber que a Cooperativa é uma empresa diferente”: percepções sobre a educação cooperativista.** Tocantins: Revista Humanidades e Inovação, 2018. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/427>>. Acesso em: 08/05/2023.

FECOOPES PIONEIRA. **Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária.** Nova Petrópolis: 18 de maio de 2022. Instagram: @fecoopespioneira. Disponível em: <<https://instagram.com/fecoopespioneira?igshid=YmMyMTA2M2Y=>>>. Acesso em: 01/12/2022.

FERREIRA, Palloma Rosa e SOUZA, Diego Neves de. **Educação Cooperativista: Aprofundando o conceito.** Viçosa: Cooperativismo & Desarrollo, 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/reisd/Downloads/CNPASA-2019-CD.pdf>>. Acesso em: 03/01/2023.

FERREIRA, Palloma Rosa e SOUZA, Diego Neves de. **O campo da educação cooperativista e sua relação com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).** Campo Grande: Interações, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/XjMrxbm6HjGWpSvJbPtJpkB/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04/01/2023.

FOSCHIERA, Atamis Antônio e NUNES, Juraildes Barreira. **Cooperativismo: o processo histórico do cooperativismo e a visão do estado brasileiro.** Tocantins: Revista Humanidades e Inovação, 2017. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/446>>. Acesso em: 09/05/2023.

FONTELLES, Mauro José, SIMÕES, Marilda Garcia, FARIAS, Samantha Hasegawa, FONTELLES, Renata Garcia Simões. **Metodologia da Pesquisa Científica: Diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa.** Núcleo de Bioestatística Aplicado à pesquisa da Universidade da Amazônia – UNAMA, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3049277/mod_resource/content/1/DIRETRIZES%20PARA%20A%20ELABORACAO%20DE%20UM%20PROJETO%20DE%20PESQUISA.pdf>. Acesso em: 15/04/2023.

FRANTZ, Walter. **Educação e cooperação: práticas que se relacionam.** Porto Alegre: Sociologias, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/HfHsN49JQ3yPzd75kFMq6Hg/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04/01/2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 38º ed. São Paulo: Paz e terra, 2014.

HEDGES, Margot e SCHNEIDER, Jose Odelso. **Educação e Capacitação Cooperativa: sua importância e aplicação**. S/l: Unisinos, 2006. Disponível em: < <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/schneider.pdf>>. Acesso em: 08/05/2023.

HENNEMANN, Bianca. **Capital Nacional do Cooperativismo**. Prefeitura Municipal. Nova Petrópolis, s/d. Disponível em:< <https://www.novapetropolis.rs.gov.br/pagina/capital-nacional-do-cooperativismo>>. Acesso em: 01/12/2023.

IBGE. **Nova Petrópolis**. 2022. Brasília. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-petropolis/panorama>>. Acesso em:13/11/2023

LOPES, Mayara Cibeles Roque e WEYH, Cênio Back. **Aspectos históricos do Cooperativismo no Rio Grande do Sul**. Santo Ângelo: Portal das Missões, 2021. Disponível em:< <https://www.portaldasmissoes.com.br/municipios/galeria/noticias/view/id/3851/aspectos-historicos-do-cooperativismo-no-rio-grand.html>>. Acesso em: 21/05/2023.

MACEI, Demetrius Nichele. **Ato Cooperativo e tributação**. 2º ed. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 5º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. Disponível em:< https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61219682/Lakatos_e_Marconi_Tecnicas_de_pesquisa2019111431612di2isl.pdf?1573775085=&responsecontentdisposition=inline%3B+filename%3D%5B%5D_ARINA_DE_ANDR_AD_E_MARCONI_EVA_M_ARIA.pdf&Expires=1681752608&Signature=FDi8kuZHfTfG7z5RkzQQNsFpocbtQMCWERBemAUC06soMxpKdBnHpeevL8OZdTJeYGG9UxIHEHrwYGMrAs3ShgrqkrSHfTPjaEf1yPhMO5QmCa3z36CUXsxePCav8LlAC6necUuhqYdRa2juAaG7AQ0LdunKkg~OosacfOV8wyMAVfSQ9RjtAvL3BymNkJicnot9R12LrvvlmggzqvZvYufnDnaf7JHVVWzB0vHRmj6ApScowGdZZBJqyxt5qtMi7CJXTaRtbA48SPVdmaFNdP5PGx1UgIis8KBKAmdGvXxVnsC97jdoVKh4TPoZ5wTkx5Fp4OWRXLrpeWg_&KeyPairId=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 17/04/2023.

MARTINEZ, Aida. **Educação formal, informal e não-formal**. S/l: Pilares do Ser, 2020. Disponível em:< <https://www.pilaresdoser.com.br/materias/educacao-formal-informal-e-nao-formal/>>. Acesso em: 06/06/2023

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETO, Francisco Quintanilha Veras. **Cooperativismo: Nova Abordagem Sócio-Jurídica**. 1º ed. 6º reimpressão. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

PEREIRA, Felipe Antônio da Silva. **Cooperativismo: notas históricas e marco legislativo no Brasil**. Paraná: Gomm Advogados Associados, 2021. Disponível em:< <https://www.gomm.com.br/post/cooperativismo-notas-hist%C3%B3ricas-e-marco-legislativo-no-brasil>>. Acesso em: 28/05/2023.

SCHNEIDER, José Odelso. **Educação Cooperativista e suas práticas**. Brasília: SESCOOP, 2003.

SICREDI PIONEIRA. **Comunidade – A União Faz a Vida**. Nova Petrópolis: 2019.

Disponível em: <<https://www.sicredipioneira.com.br/>>. Acesso em: 01/12/2022.

SICREDI PIONEIRA. **Área de Ação**. Nova Petrópolis: 2019. Disponível em:<https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.sicredipioneira.com.br%2Fpioneira&psig=AOvVaw1450q_2olmSBedTCSNsBAj&ust=1681849259122000&source=images&cd=vfe&ved=2ahUKEwjw_sHu3rH-AhUoq5UCHeApB2YQr4kDegQIARBt>. Acesso em: 17/04/2023.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. Brasília: Sociedade e Estado, 2001. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/se/a/Xy7BmyrV8tHfwKNVhmSXFyw/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04/06/2023.

SISTEMA OCERGS. **Ocergs Organização Cooperativa**. Porto Alegre: 2023. Disponível em:< <https://www.sescoopr.coop.br/conheca-o-sistema/organizacao-cooperativa/>>. Acesso em: 29/05/2023.

SISTEMA OCERGS. **Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2021**. Porto Alegre: SomosCoop, 2021. Disponível em:<<https://www.sescoopr.coop.br/app/uploads/2021/06/expressao-cooperativismo-gaucha-2021.pdf>>. Acesso em: 29/05/2023.

ANEXOS

ANEXO 1 – Questionário para os jovens e crianças beneficiados

- 1) Apresentação (nome, idade, escolaridade, ocupação...)
- 2) O que é uma “Cooperativa Escolar”?
- 3) Qual a sua trajetória com o Cooperativismo e com as “Cooperativas Escolares”?
- 4) O que te levou a associar-se à Cooperativa Escolar?
- 5) O que os associados fazem dentro de uma Cooperativa Escolar? Como é, ou era a organização de vocês?
- 6) Antes de participar do programa você sabia o que era uma Cooperativa?
- 7) Você sente alguma mudança em você por participar ou já ter participado de uma Cooperativa Escolar? Se sim, qual ou quais?
- 8) Quais as aprendizagens você tem/teve, por participar ou já ter participado do programa?
- 9) A partir da sua vivência, você acredita que as Cooperativas Escolares contribuem de alguma forma para a sociedade? Se a resposta for afirmativa, descreva quais são essas contribuições.
- 10) Qual a maior dificuldade que você encontra, ou encontrava, no contexto de ser, ou ter sido associado, e/ou membro dos conselhos de uma cooperativa?

ANEXO 2 – Questionário para as instituições de ensino participantes

- 1) Apresentação (nome, idade, escolaridade, ocupação...)
- 2) Possui alguma vivência com o cooperativismo? Descreva se tiver.
- 3) O que são “Cooperativas Escolares”?
- 4) Como funcionou a implementação do programa na escola?
- 5) Como foi o recente processo de mudanças ao qual as Cooperativas Escolares foram submetidas? Qual o ou os maiores desafios enfrentados? E quais os benefícios?
- 6) Como instituição de ensino participante do programa, você percebe mudanças nos alunos contemplados? Se sim, qual ou quais?
- 7) Você considera que a Cooperativa Escolar contribui de alguma forma para a comunidade em que está inserida? Se a resposta for afirmativa, descreva quais são essas contribuições.
- 8) Quais os efeitos que a presença de uma Cooperativa Escolar, refletem no cotidiano da escola?
- 9) Qual a maior dificuldade encontrada neste contexto?

ANEXO 3 – Questionário para a cooperativa implementadora

- 1) Apresentação (nome, idade, escolaridade, ocupação...)
- 2) Qual a sua trajetória com o Cooperativismo e com as “Cooperativas Escolares”?
- 3) O que são Cooperativas Escolares?
- 4) Como surgiu o programa Cooperativas Escolares?
- 5) Quais os objetivos do programa?
- 6) Como funciona a implementação do programa nas escolas?
- 7) Tendo em vista os objetivos que você listou na pergunta anterior, você acredita que o programa é efetivo?
- 8) Qual a contribuição do programa para a Cooperativa?
- 9) Como foi o recente processo de mudanças ao qual as Cooperativas Escolares foram submetidas? Qual os maiores desafios enfrentados? E quais os benefícios?
- 10) Com sua vivência, você acredita que as cooperativas escolares contribuem para as comunidades em que estão inseridas? Se sim, de que forma?
- 11) Como cooperativa implementadora do programa, vocês percebem alguma contribuição nas vivências dos alunos participantes? Descreva-as.
- 12) Qual a maior dificuldade encontrada pelo programa?

